



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ANA CLARA GOMES DE JESUS**

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ESTÁGIO: MARCO REGULATÓRIO SEUS  
DESAFIOS PARA FORMAÇÃO ACADÊMICA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL  
DA UFT 2014 A 2018**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**

**2023**

**Ana Clara Gomes de Jesus**

**Formação profissional e estágio: marco regulatório seus desafios para  
formação acadêmica no curso de Serviço Social da UFT 2014 a 2018**

Monografia apresentação á Universidade Federal do Tocantins (UFT) Campus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Orientadora: professora Dra. Maria José Antunes da Silva

Miracema do Tocantins, TO

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

J58f Jesus, Ana Clara Gomes de.  
Formação profissional e estágio: marco regulatório seus desafios para formação acadêmica no curso de Serviço Social da UFT 2014 a 2018. / Ana Clara Gomes de Jesus. – Miracema, TO, 2023.  
61 f.  
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2023.  
Orientadora : Maria José Antunes da Silva  
1. Formação profissional do Serviço Social. 2. Estágio supervisionado e supervisão de estágio e legislação. 3. Assistente social. 4. Política nacional de estágio. I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ANA CLARA GOMES DE JESUS

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ESTÁGIO: MARCO REGULATÓRIO SEUS  
DESAFIOS PARA FORMAÇÃO ACADÊMICA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL  
DA UFT 2014 A 2018

Monografia apresentação á Universidade Federal do Tocantins (UFT) Campus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Orientadora: professora Dra. Maria José Antunes da Silva.

Data de Aprovação: 19 /07/2023

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Maria José Antunes da Silva – Orientadora – UFT.

---

Profa. Dra. Gislene Ferreira de Araújo – Examinadora – UFT.

---

Profa. Dra. Josenice Ferreira dos Santos Araújo – Examinadora – UFT.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, a Deus, pois fez com que meus objetivos fossem alcançados durante todos os meus anos de estudos, pois serei a primeira da minha família a concluir uma graduação.

Aos familiares e amigos, por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização deste trabalho. Não esquecendo de agradecer aos técnicos e docentes me ajudaram do início ao fim dessa minha jornada acadêmica.

A todos aqueles que contribuíram de alguma forma direta e indireta, para a realização deste trabalho.

“A nobreza de nosso ato profissional está em escolher aquela pessoa Porinteiro, em conhecer a sua história, em saber como chegou a essa situação é como é possível contribuir com ela formas de superação desse quadro”.

Maria Lúcia Martinelli

## RESUMO

Este estudo aborda a formação profissional do assistente social, a partir do Estágio e Supervisão do curso, no período 2014 a 2018. Os objetivos deste estudo são: Compreender o estágio e a supervisão no processo de formação profissional do Serviço Social na UFT. Buscar conhecer os instrumentos legais do estágio e a supervisão de Serviço Social da UFT Identificar como a supervisão se efetiva no âmbito da formação profissional em Serviço Social na UFT. Identificar os objetivos e atividades do estágio e da supervisão de Serviço Social na UFT. Através de metodologia qualitativa, baseada na pesquisa documental e bibliográficas, Utilizamos como referência Diretrizes Curriculares e o projeto ético-político da profissão entre outros. O resultado desse estudo conseguimos apreender o estágio e a supervisão são processos de formativo do assistente que acontece no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins o qual engloba a teoria e pratica.

**Palavras-chave:** Formação profissional do Serviço Social. Estágio supervisionado e supervisão de estagio e legislação.

## ABSTRAT

This study addressed the professional training of the social worker, from the Internship and Supervision of the course, in the period 2014 to 2018. The objectives of this study are: To understand the internship and supervision in the process of professional training of Social Work at UFT. Seek to know the legal instruments of the internship and the supervision of Social Work at UFT Identify how supervision is effective in the scope of professional training in Social Work at UFT. Identify the objectives and activities of the internship and supervision of Social Work at UFT. Through qualitative methodology, based on documentary and bibliographic research, Utilizo as reerence Curricular Guidelines and the ethical-political project of the profession among others. The result is that with this study we can apprehend the internship and supervision are processes of training of the assistant that happens in the undergraduate course in Social Work of the Federal University of Tocantins which encompasses theory and practice..

**Keywords:** Professional training in Social Work. Supervised internship and internship supervision and legislation.

## LISTA DE SIGLAS

CFESS	Conselho Federal do Serviço Social CRESS – Conselho Regional do Serviço Social PNE – Política Nacional de Estágio.
UFT	Universidade Federal do Tocantins
GEPESSFEP	Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social Formação e Exercício Profissional
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
	CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social
PCC	Projeto Curricular do Curso
UFAs	Unidades de Formação Acadêmicas GTPs – Grupos Temáticos de Pesquisa PPP – Projeto Político Pedagógico
PEPSS	Projeto Ético-Político do Serviço Social UNAMA - Universidade do Amazonas
IMMES	Instituto Macapaense de Ensino Superior MEC - Ministério da Educação
PPC	Projeto Político do Curso

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
	<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>BREVE PERCURSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>Movimentos de Reconceituação .....</b>	<b>18</b>
<b>2.2</b>	<b>O Projeto Profissional do Serviço Social e seus entraves atuais.....</b>	<b>21</b>
	<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>28</b>
<b>3</b>	<b>O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O ESTÁGIO E SUPERVISÃO ..</b>	<b>28</b>
<b>3.1</b>	<b>As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.....</b>	<b>30</b>
<b>3.2</b>	<b>O estágio e a supervisão no processo de formação profissional .....</b>	<b>32</b>
<b>3.2.1</b>	<b>A Política Nacional de Estágio de 2010 .....</b>	<b>37</b>
<b>3.3</b>	<b>Legislação do Estágio e Supervisão em Serviço Social .....</b>	<b>40</b>
<b>3.3.1</b>	<b>As Atribuições do Estagiário em Serviço Social.....</b>	<b>43</b>
	<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>46</b>
<b>4</b>	<b>CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFT: OS LIMITES E POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA REALIDADE DO TOCANTINS .....</b>	<b>46</b>
<b>4.1</b>	<b>Procedimentos metodológicos do estudo.....</b>	<b>46</b>
<b>4.2</b>	<b>O projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFT .....</b>	<b>42</b>
<b>4.3</b>	<b>Estágio e Supervisão do Curso de Serviço Social da UFT .....</b>	<b>48</b>
<b>4.3.1</b>	<b>Os Limites e Possibilidades do Estágio e Supervisão do Curso de Serviço Social da UFT .....</b>	<b>50</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tematiza sobre a Formação Profissional do Estágio e Supervisão do curso de Serviço Social campus de Miracema. Por meio de uma experiência pessoal e a articulação do estágio e da supervisão acadêmica e de campo em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

No período 2014 a 2018. Problemática como se dá o processo de estágio e supervisão de Serviço Social na UFT através de documentos mediante os objetivos e atividades.

Os objetivos deste estudo são: (1) Compreender o estágio e a supervisão no processo de formação profissional do Serviço Social na UFT. (2) Buscar conhecer os instrumentos legais do estágio e a supervisão de Serviço Social da UFT. (3) Identificar como a supervisão se efetiva no âmbito da formação profissional em Serviço Social na UFT. (4) Identificar os objetivos e atividades do estágio e da supervisão de Serviço Social na UFT.

O interesse pela pesquisa ocorreu através da vivência no campo de estágio e como monitora da disciplina de estágio e supervisão do estágio III e IV em 2018, bem com o da participação no Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP).

A indagação do tema surgiu decorrente da observação dos supervisores de estágio tanto acadêmico, quanto o supervisor de campo na sua prática profissional desenvolvido no estágio obrigatório. Contudo a aluna se despertou a querer compreender mais sobre a supervisão de estágio através do GEPESSFEP nos planos desenvolvidos nas atividades de estágio.

O trabalho pretende analisar o estágio e a supervisão através dos objetivos e atividades bem como, o processo de estágio e supervisão será também analisado por meio das legislações referentes a temática referente a supervisão se efetiva no âmbito da formação profissional em Serviço Social na UFT.

Para mais a pesquisa aborda as relações entre o supervisor acadêmico e de campo e o estagiário, do Curso de Social da Serviço Universidade Federal Tocantins – (UFT) através do plano de estágio, e planos da disciplina e de supervisão abrangendo também questões entre a universidade e os atuais campos de estágios, que são espaços sócios institucionais, pois se entende que para um permanente

fortalecimento e manutenção desses campos, a relação dessas esferas deve ser continuamente aprimorada e condizente com um processo educativo, conforme indica o parágrafo 2º, do art. 1º da Lei 11.788 de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes: “O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”.

O estágio supervisionado é importante no processo de formação profissional, considerado um espaço de construção e fortalecimento da identidade profissional, atenta as mudanças na sociedade em que estamos inseridos, aprende a intervir de forma crítica e criativa no âmbito da questão social, na defesa de direitos, da democracia e cidadania, reforça esses princípios através do Código de Ética, Diretrizes Curriculares e pautadas também pelo projeto ético-político profissional.

Portanto, para que o acadêmico consiga aderir a todos esses requisitos e exercer sua profissão com êxito, o estágio deve ser realizado de acordo com as normativas já estabelecidas é de grande importância, uma vez que este prepara o acadêmico para a prática da profissão, sendo ao mesmo tempo avaliado por seu orientador durante o processo, o qual corrigirá os possíveis erros que surgiram no decorrer do mesmo.

A formação do profissional em Serviço Social proporciona desafios na realização nos espaços sócio ocupacional com o intuito de atender as necessidades de seu público, em outros termos, significa dizer que não se trata de uma simples graduação, é preciso ter dedicação e aprofundamento nos fundamentos ético-políticos e teóricos metodológicos é o principal para o exercício da profissão.

Para além da fundamentação teórica contamos como base teórica os seguintes autores: Yamamoto (1982), Yamamoto (2008), Yamamoto e Carvalho (2007), Aguiar (1982), Silva e Silva (2007), Yazbek (2009), Guerra (2016), Montañó (2007), Abramides (2016).

Além disso, a metodologia iniciou com leitura dos documentos legais de suma importância para curso de Serviço Social tais como: PPC do curso (2010), Lei 11.788/2008 do estágio de estudantes, a Lei 8662/1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social, Código de Ética do Assistente Social (1993), entre outros.

Esse trabalho caracteriza-se pela pesquisa documental de abordagem qualitativa, com natureza bibliográfica. Conforme Minayo,

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 14).

Ressalte-se também que a pesquisa bibliográfica, para Fonseca, é realizada:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

E ainda de acordo com Fonseca,

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Além desta Introdução, das Referências, esta monografia está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo, aborda a evolução histórica do Serviço Social no Brasil, destacando a importância do Assistente Social para a sociedade bem como sua preparação para o exercício da profissão, tendo como foco a utilização do estágio supervisionado e seus entraves atuais para o profissional do Serviço Social.

No segundo compartilhamos o processo de formação profissional do assistente social: assim como reflexões sobre o estágio e supervisão, uma análise nos documentos que norteiam a base da formação do Assistente Social, são dentre eles: as diretrizes curriculares da ABEPPSS de 1996, a política nacional de estágio de 2010, e a Legislação do estágio e supervisão em Serviço Social e as atribuições do estagiário em Serviço Social

Para mais, o terceiro é destinado a compreender o projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFT, dando ênfase no Estágio e Supervisão do Curso de Serviço Social da UFT, descrevendo os Limites e Possibilidades do Estágio e Supervisão do Curso de Serviço Social da UFT.

## CAPÍTULO I

### 2 BREVE PERCURSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O Serviço Social surgiu no Brasil na década de 1930 ligados à ação da Igreja Católica, em meio ao processo de industrialização, urbanização e extrema miséria levaram que levou a igreja a tomar uma atitude em desfavor a essa situação, sendo uma época de grande crise de decadência da moral e dos costumes cristãos, no qual a Igreja alegava que por causa do liberalismo e do comunismo isso impedia que as pessoas cumprissem seu papel junto à Igreja.

Ao final do Século XIX e início do Século XX nas Encíclicas Papais buscava-se a restauração do seu papel social na sociedade, a preocupação fundamental da Igreja concentrava na reforma social e na restauração cristã (AGUIAR, 1982). Segundo Iamamoto.

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente por intermédio da Igreja Católica. (IAMAMOTO, 1982, p. 127).

Vale ressaltar ainda que as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil surgiram dentro da Igreja, aonde a primeira escola foi criada em 1936 em São Paulo, logo em seguida, no ano posterior foi criada a segunda escola no Rio de Janeiro, precisamente no ano de 1937, tendo seu ensino regulamentado através da Lei nº. 1.889 de 13/06/1953. Iamamoto e Carvalho, diz que:

As pioneiras do Serviço Social tinham como base a Igreja Católica e a influência européia, segundo Iamamoto e Carvalho “o autoritarismo, o paternalismo, o doutrinário e a ausência de base técnica, que marcariam a atuação dos primeiros núcleos que se formam em São Paulo e no Rio de Janeiro, seriam típicos do Serviço Social europeu” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 215-216).

De acordo com Montañó (2007) e historicamente falando, o Serviço Social surge dentro da perspectiva endogenista, com inspiração na doutrina da Igreja Católica com base no <sup>1</sup>Neotomismo formados por laicatos, ou seja, mulheres da alta sociedade, ligados (as) a São Tomás de Aquino, inspirada na reforma social

---

<sup>1</sup> Neotomismo é a filosofia ligada a religião a qual expressa filosofia do Santo Tomás de Aquino, no século XIII. E para Serviço Social essa filosofia está integrada a visão de mundo e de homem

como exercício da caridade, solidariedade e ajuda.

Porém, na perspectiva histórico-crítica todavia, se observada, o autor ressalta que o Serviço Social surgiu através da realidade social da necessidade de uma sociedade e da manutenção da ordem vigente, modo de produção capitalista, onde as forças produtivas vão geravam riquezas e ao mesmo tempo pobreza, havendo um conflito e divisão de classes sociais.

Segundo Yamamoto (2008) a “questão social” é o objeto de intervenção do assistente social, no qual desde a idade média tem sido anseio e luta da classes burguesa cujo faz reprodução no seu cotidiano.

Nesse sentido o autor José Paulo Netto (2001) teorizou as 5 notas sobre a Questão Social “ Temporalis”. Que tratam a questão Social em períodos históricos muito importantes, tais como a Industrialização na Europa que ficou conhecida como Peuperismo , a Revolução de 1948 e a Segunda Guerra Mundial.

A primeira nota traz a expressão Questão Social aparece para dar conta dos impactos provocados pela industrialização da Europa ou chamado Peuperismo o qual fez na época com que as diferenças das classes sociais só aumentasse.

A segunda nota surgiu a partir do século XIX a questão social tem de ser usada por duas divisões: pensamento conservador laico e o pensamento conservador confessional. Nesse período encerrou a revolução de 1948 a qual marca o fim de um ciclo Progressista das classes burguesa com isso ouve uma urgência em defender a questão social a qual perdeu sua estrutura histórica. O pensamento conservador laico com a expressão da questão social era vista como uma intervenção política totalmente limitada. Já no pensamento conservador convencional acreditavam em poder diminuir a questão social através das medidas sócias políticas embora as duas vertences acreditava acima de tudo era em combater a expressão da questão social deixando intacta o fundamento da sociedade burguesa.

A terceira nota, o autor Paulo Netto (2001), cita Max e a publicação do volume do capital onde fala da desenvolvimento do capitalista e da produção e as manifestações das expressões da questão social o qual a questão social está ligada diretamente a questão desenvolver o capitalista da produção e a manifestação da questão social ligada à relação capital versus força de trabalho.

Quarta nota na Segunda Guerra Mundial o regime do capital houve um crescimento econômico com a construção do estado do bem-estar Social a questão

social nesse momento mostra mostra ter ficado para trás e apenas os marxistas lutavam pela melhoria da questão das das classes trabalhadora

A última nota que caracteriza a questão social leva em consideração as particularidades históricas e nacionais . O autor Paulo Netto faz duas observação a primeira observação a primeira observação a primeira trata-se da perceptiva história concentrada que a ordem social pode ir além do comando do capital e já na segunda perceptível é referente a questão social não tem sentido para o serviço social mas são esses profissionais que atendem as especificidades da questão social.

No Brasil até a década 1930, não havia uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social e quando esta emergia para a sociedade, foi ratados como caso de polícia.

A profissão surge pautada no projeto hegemônico numa ideologia católica em que o Estado intervém com ampliações de ações em tirar vantagem da classe trabalhadora impulsionando a competitividade no mercado de trabalho.

Até os anos 1930, “a questão social” no Brasil era tratada como caso de polícia. Porém o governo ditatorial de Vargas, durante o Estado Novo, foi obrigado a regular as relações entre capital e trabalho, para o crescimento econômico do capitalismo e, conseqüentemente, para ampliar suas taxas de lucro (ABRAMIDES, 2016 p. 458).

Nessa perceptiva o Estado na tentativa de intervenção na questão social, institui políticas públicas para agir nos conflitos cujo uma da finalidade do assistente social intervir nas relações sociais da sociedade de classe. Montaño:

[...] a formulação e a implementação das políticas sociais, próprias desse novo estágio da ordem socioeconômica, estimulam a criação de diversas profissões “especializadas”, dentre as quais o Serviço Social aparece para desempenhar seu papel, ocupando uma posição subordinada na divisão sociotécnica do trabalho, vinculado à execução terminal das políticas sociais. (MONTAÑO, 2007, p. 33).

Para além em 1938, teve um marco importante surgiu a primeira regulamentação da assistência social no país foi à instalação do <sup>2</sup>Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), Mestriner diz que:

O Conselho é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar.

---

<sup>2</sup> O conselho Nacional do Serviço Social é uma entidade jurídica,federativa, com objetivo geral de defender o exercicio da profissão do Serviço Social.

Transita, pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia. (MESTRINER, 2001, p. 57-58).

Aguiar (1982) afirma que nas décadas de 1940 e 1950 o Serviço Social começou a sofrer grande influência norte-americana a influência teórica funcionalista aliada à filosofia tomista, tendo em vista que o Serviço Social ainda permaneceu nos princípios católicos e neotomistas.

Na década de 1940, foi criado o Instituto de Serviço Social de São Paulo e a Escola de Serviço Social de Pernambuco, a primeira da região Nordeste do Brasil, em 1944 surgiu a Escola de Serviço Social da Bahia.

Em 1942, ocorreram as ações da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), que ajudaram redirecionar e assumiram outras funções, tais como: atendimento das famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra Mundial, proporcionar assistência social à maternidade, infância, a adolescência e aos desempregados.

Embora a profissão de assistente social oficialmente foi criada em 1936, sua institucionalização ocorreu somente em 1945.

Partindo do movimento de renovação do Serviço Social, a partir da década de 1960, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, iniciou-se com a ruptura da base teórica convencional neotomista, com uma renovação e desenvolvimento na direção da ação profissional assumindo uma visão dialética marxista, que busca trabalhar com uma perspectiva de Serviço Social se comprometendo com os interesses da classe trabalhadora (AGUIAR, 1982).

Em consonância, Silva e Silva (2007) afirma que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social constitui como um processo de mudanças, renovação e desenvolvimento das direções teóricas da ação profissional e a perspectiva modernizadora, de reatualização do conservadorismo e perspectiva ruptura<sup>3</sup>, motivados pelas pressões e mobilizações sociais marcados pelas desigualdades sociais gerados pelo modo de produção capitalista, intenção de ruptura.

Considerando o período de 1961 a 1964, iniciou-se o desenvolvimento de uma perspectiva crítica ao Serviço Social tradicional da categoria profissional dos

---

<sup>3</sup> As perspectivas de ruptura são três direções que o processo de Renovação assumiu são: Perspectiva modernizadora – Araxá (1967) e Teresópolis (1970); Reatualização do conservadorismo .

assistentes sociais buscando novas maneiras à intervenção profissional, foi um período de lutas por mudanças nas reformas estruturais e reforma de base em especial atenção para uma política independente (SILVA e SILVA 2007).

A partir de 1964 surgiu o regime Ditadura civil-militar e com ele a perseguições aos profissionais que defendiam o ideal crítico e progressista. Cria-se dessa forma uma crise no serviço social 'tradicional' e que estavam ligados à democratização da sociedade e do Estado.

Neste contexto de opressão os assistentes sociais passaram a ser alvo da repressão e golpe militar, sendo que ainda até 1967 teve no discurso do Serviço Social a nacional-desenvolvimentista. Em 1968, o Serviço Social assume um caráter assistencialista, apesar de todo rigor técnico e científico (AGUIAR, 1982).

A revisão do Código de Ética e da Lei de Regulamento Profissional, teve início com a criação e funcionamento dos Conselhos de fiscalização das profissões no Brasil com a sua origem nos anos 1950. Nesse tempo o Estado regulamentava profissões e ofícios considerados liberais e os Conselhos tinha caráter corporativo, com função controladora e burocrática.

Sendo praticamente uma entidade sem autonomia, cujo objetivo de sua criação para exercerem o controle político do Estado sobre os profissionais. O contexto era de uma forte regulação estatal sendo feita pressão sobre o exercício do trabalho.

Para mais segundo CFESS o Serviço Social:

“[...] foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei 3252 de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962. Foi esse decreto que determinou, em seu artigo 6º, que a disciplina e fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), (CFAS, 1957, p. 01).

Houve então, a revisão da Lei de Regulamentação vigente desde 1957, o I Encontro Nacional CFESS, que colocara em pauta a discussão acerca da normatização do exercício profissional, bem como relação às atribuições profissionais.

Percebe-se então, que o Serviço Social nas últimas décadas, foi marcado por várias transformações e questionamentos que aos poucos vai modificando sua formação profissional e entrada do marxismo, de forma que pudesse adequar ao

contexto econômico, político e social, dando um salto de qualidade em sua qualificação na sociedade.

Assim,

Tornar o Serviço Social uma profissão moderna significa, nesse contexto, elevar seu *Status* de cientificidade e de eficiência técnica, capacitando o assistente social para atuar em equipe interprofissional, ampliando sua área de atuação do micro (prestação direta de serviços) para o nível macro de atuação (política social e planejamento)(SILVA; SILVA, 2007, p. 98).

Conforme lamamoto (2008) um dos grandes desafios que o profissional Assistente Social vive na atualidade é a sua capacidade de decifrar a realidade e construir novas propostas de trabalho, capazes de efetivar e preservar os direitos de demandas que estão emergindo do nosso cotidiano. Rompendo com a visão endógena totalmente desfocada da nossa realidade, novos tempos, novas demandas, pois o Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão que se encontra inserida na divisão sócio técnica do trabalho coletivo. Desse modo lamamoto afirma que:

[...] o Serviço Social é considerado como uma especialização do trabalho e a atuação do assistente social uma manifestação de seu trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social. Esse rumo da análise recusa visões unilaterais, que apreendem dimensões isoladas da realidade, sejam elas de cunho economicista, politicista ou culturalista. A preocupação é afirmar a ótica da *totalidade na apreensão da dinâmica da vida social*, identificando como o Serviço Social se relaciona com várias dimensões da vida social. (IAMAMOTO, 2008, p. 27).

Contudo, a profissão embora tenha uma direção crítica, ainda tem um viés ideológico conservador na atuação de alguns profissionais, mas o Assistente Social é um trabalhador assalariado que produz matérias intelectuais para a profissão, buscando compreender a realidade social posta no seu cotidiano, tendo como objeto de análise as múltiplas expressões e manifestações da questão social, proporcionando ao profissional a busca de conhecimento para obter uma compreensão crítica na sua intervenção junto à realidade cotidiana.

Em suma não podemos deixar de ressaltar, que depois de profundas transformações teórico-metodológicas vivenciadas pelo Serviço Social, temos hoje uma profissão regulamentada, que trabalha/atua baseado em um Projeto Ético-Político profissional direcionado aos interesses da classe trabalhadora, pautado nos 11 princípios do seu Código de Ética, tendo como valor ético central o reconhecimento da liberdade implicando a autonomia, emancipação e a plena

expansão dos indivíduos sociais (BARROCO; TERRA, 2012).

Desse modo, ressaltamos que o Assistente Social é visto como um profissional que intervém, na realidade social e está diretamente inserida na relação do Estado e com os setores excluídos e subalternizados da sociedade, precisando intervir ou perpassar a sua intervenção no campo das políticas sociais e assistenciais concretizando a tarefa reguladora do Estado na vida social (YAZBEK, 2009).

## **2.1 Movimentos de Reconceituação**

Através de um contexto da autocracia burguesa, houve no Brasil o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, cujo esse tratou de um movimento que buscou pensar de maneira diferente o Serviço Social. Trazendo adequando-o teórico, metodológico- baseada no realidade latino-americana, fundada e influência norte-americana no Serviço Social.

O Movimento de Reconceituação é foi importante momento para Serviço Social, pois após esse movimento possibilitou uma outra visão da prática profissional, pautada em uma análise crítica da realidade social. Dando assim a procura buscando de desempenho melhor e um olhar profissional ao atendimento das demandas ligadas as questão social.

Houve então um rompimento com a reconceituação das práticas do Serviço Social Tradicional fazendo que tivesse uma nova identidade profissional. Trazendo uma maior valorização do Serviço social e um reconhecimento do serviço prestado ao sociedade.

A Constituição Federal de 1988 institui politicamente a Assistência Social, onde é reconhecida pela primeira vez, como uma política pública, dever do Estado e direito de cidadania, constituindo o tripé da Seguridade Social com a saúde e previdência social. Partindo do entendimento que a assistência social era identificada como filantropia e benemerência, mas depois de muitos entraves e transformações societárias, e foi instituída como política pública. Segundo Faleiros:

No Brasil a assistência social em nível federal esteve vinculada à Legião Brasileira de Assistência (LBA) até 1995, quando foi extinta. Em nível estadual e municipal, ainda se vincula, muitas vezes, ao clientelismo dos chefes de governo e das primeiras damas. Em 1993 foi aprovada a lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) para regulamentar os artigos 203 e

204 da Constituição de 1988, que estabelecia a assistência social como direito do cidadão necessitado. (FALEIROS, 2009, p. 60).

Mediante as lutas que a assistência social tem enfrentado em sua trajetória, e atualmente tem ganhado destaque ao lado das demais políticas públicas no enfrentamento da questão social e com o objetivo de diminuir as desigualdades. As quais historicamente fizeram que o assistente social torna-se um profissional que se adequa realidade e põem em pratica as causas sociais. Neste sentido, Mestriner elucida que:

A assistência social, além de delimitar a ação a um campo, o social, institucionaliza uma prática, imprime uma racionalidade, constrói um conhecimento. Assim ela compreende um conjunto de ações e atividades desenvolvidas nas áreas públicas e privadas, com objetivo de suprir, sanar ou prevenir, por meio de métodos e técnicas próprias, deficiências e necessidades de indivíduos ou grupos quanto à sobrevivência e autonomia social. (MESTRINER, 2008, p. 16).

O assistente social tendo o reconhecimento de suas ações de forma diversa no espaço sócio ocupacional, assim como se fundamenta a partir do histórico-conceituais, objetivos, implicações ético-políticas, estratégias e instrumentos técnicos. Que o permite organizar esses espaços, possibilitando ser a profissão inserida na divisão sócio e técnica do trabalho.

Nesse sentido Yazbek (2009.p.15) diz que “em síntese, na divisão social e técnica do trabalho coletivo, o assistente social vem sendo demandado como gestor e executor, de Políticas Sociais”. A autora ainda cita os âmbitos de organizações públicas e privadas, bem como as varias perspectivas: “da gestão social à prestação de serviços e à ação socioeducativa (e político-ideológica)”.

Segundo a autora Abramides (2016) em 1979 foi um ano muito importante para Serviço Social, pois foi o ano onde foi demarcado o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) sendo marcante esse congresso, tratou de reflexão à luz do Projeto Ético Político, (PEP), o qual foi importante para a profissão.

O ano de 1979 demarcou no III CBAS — Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o conhecido “Congresso da Virada”, sua expressão pública e coletiva. Tratarei dos antecedentes que o germinaram, dos determinantes de sua continuidade e dos desafios contemporâneos do Projeto Ético-Político profissional hegemônico do Serviço Social brasileiro — PEP. Procuo resgatar a trajetória de combates e conquistas nos campos teórico, político, ético e organizativo dos profissionais como trabalhadores em sua condição de assalariamento inscritos na divisão sócio-técnica do trabalho e em seu compromisso com a classe trabalhadora (ABRAMIDES, 2016 p. 456-457).

Assim, olhar o Serviço Social e ver muitas mudanças e conquistas com muitas lutas, compreender como surgiu a profissão e comparar com a atual conjuntura, percebemos que são muitas conquistas, e que teve muitas mudanças, sendo estas para melhor, pois a profissão rompe com o conservadorismo e defende os direitos da classe trabalhadora.

Na década de 1980 a profissão vem com outro viés de renovação quebrando os pilares do conservadorismo, mas que ainda permanece em algumas dimensões para obter uma operacionalização de mediações em que o usuário tenha seu direito assistido.

Analisar os oitenta anos da profissão, do ponto de vista da totalidade, pode abarcar vários e significativos aspectos para compreender a riqueza de sua concepção e prática profissionais. Minha escolha, porém, foi a de privilegiar as determinações e os caminhos da profissão consubstanciados no Projeto Ético-Político profissional hegemônico, do Serviço Social brasileiro, em sua relação com as lutas sociais e os direitos dos trabalhadores (ABRAMIDES, 2016 p. 457).

Com o rompimento do conservadorismo a profissão resgata uma trajetória de lutas e conquistas no âmbito social, através da organização dos profissionais em busca de conhecimento para operacionalizar tecnicamente suas demandas, tendo nos centros urbanos as expressões da desigualdade social, que passa tecer mediações para compreender os conflitos sociais.

A renovação do Serviço Social brasileiro teve sua origem em meados da década de 1960 e apresentou três tendências: a) a modernizadora, alicerçada nos documentos de Araxá e Teresópolis, em que o Serviço Social é concebido como instrumento de intervenção a ser operacionalizado nos marcos de manutenção do capitalismo; b) a reatualização do conservadorismo, cuja concepção se assentava na fenomenologia pela auto-representação da profissão, rejeição ao positivismo, presente na tradição modernizadora, e a teoria social de Marx; c) a terceira se expressou no legado marxiano e na tradição marxista por meio do projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo, que conquistou sua hegemonia a partir de 1979 (ABRAMIDES, 2016 p.460).

O Serviço Social renovador veio defender os direitos da classe trabalhadora, e mostrar à importância dessa classe, de mostrar para a classe trabalhadora que eles têm direitos, e este tem que ser respeitados, mostrar ainda para o patrão que a classe trabalhadora tem seus direitos, e não é só trabalhar.

Conforme a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, no desenvolvimento da atuação o (a) profissional necessita mediar os conflitos buscando romper com o conservadorismo vigente na sociedade. Desse modo,

iremos refletir a seguir, mais especificamente sobre o projeto profissional do Serviço Social, devido a sua importância na direção ética política e social da profissão.

## **2.2 Projeto Profissional do Serviço Social e seus entraves atuais**

A direção social e política da profissão é expressa através do projeto ético-político que nasceu historicamente do movimento de renovação da profissão, desencadeia a recusa pelo conservadorismo através de uma perspectiva crítica. Conforme Paulo Netto, o projeto ético-político profissional:

[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central, sendo esta liberdade concedida historicamente, com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais e busca de construção de uma sociedade sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, logo, esse projeto se coloca como um elemento para contínua contestação da ordem vigente, e se enfrenta cotidianamente com os desafios que lhe são sucessivamente impostos. (PAULO NETTO, 1999, p. 104-105 apud BRAZ, 2005).

O projeto ético político da profissão entra em transição nos anos de 1970 e 1980 quando ocorre o início do rompimento com o conservadorismo tendo como base a hegemonia no Serviço Social com a vinculação de práticas e atividades constituídas entre si na atuação profissional, mediante uma direção crítica.

De acordo com Braz (2007) afirma que a hegemonia acontece coletivamente através da luta de classes envolvendo a sociedade como todo.

A difusão de ideias, inclusive no Serviço Social, tornou o conceito de hegemonia aplicável às várias situações nas quais se verificam lutas sociais, sejam elas amplas as que envolve as classes sociais fundamentais sejam elas menos abrangentes justamente aquelas que dizem respeito aos diversos grupos sociais existentes na sociedade. (BRAZ, 2007. p.5).

A luta de classes envolve muitos contextos sociais em que a sociedade busca adquirir no cotidiano, com a negação de seus direitos em que o Estado vem sonhando a comunidade com um intuito de obter vantagens perante a população. Conforme a dimensão crítica em que muitos têm obstruídos do seu cotidiano o pensamento crítico, em sua atuação passando a obter uma análise da conjuntura superficialmente. Alguns elementos constitutivos na dimensão teórica são: Para BRAZ:

- a) Uma dimensão teórica, que envolve o conjunto da produção de conhecimento no Serviço Social;
- b) Uma dimensão jurídico-política,

identificada no âmbito dos construtos legais da profissão tanto as leis estritamente profissionais, quanto a legislação social mais ampla; c) E uma dimensão político-organizativa, ancorada nos fóruns coletivos das entidades representativas do serviço Social. (BRAZ, 2007 p. 6).

Portanto, as três dimensões contribuem para a produção de conhecimento em diversas naturezas tais como: teórica, jurídico-política. etc..

Segundo Braz (2007), alguns problemas afetam a hegemonia do projeto de profissão, cujo no primeiro diz a respeito à ausência de uma proposta com alternativas para enfrentar o capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao trabalho.

O segundo problema está centrado em fatores objetivos que incidem sobre as bases materiais do projeto profissional. Refiro-me às condições atuais sobre as quais se efetivam o processo de formação profissional e o próprio exercício da profissão no Brasil. (BRAZ, 2007, p.7).

O projeto de natureza societário segundo (BRAZ, TEIXEIRA 2003), tem como finalidade propiciar aos profissionais em sua atuação de forma coletiva uma capacidade de desenvolver suas ações de forma proporcionar a classe trabalhadora condições de sanar suas necessidades no cotidiano.

Nesse sentido o projeto societário (BRAZ, e TEIXEIRA 2003,p.06),” podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores. Bem com “entre os transformadores, há várias posições que têm a ver com as formas (as estratégias) de transformação social .

Portanto para BRAZ, e TEIXEIRA (2003) , “Não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade”. Os autores ainda retificam que é:

[...] vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica. As demandas (de classes, mescladas por várias outras mediações presentes nas relações sociais) que se apresentam a nós manifestam-se, em sua empiria, às vezes, revestidas de um caráter mistificador, nem sempre revelando seus reais determinantes e as questões sociais que portam, daí que essas demandas devem ser processadas teoricamente. Tendo consciência ou não, interpretando ou não as demandas de classes (e suas necessidades sociais) que chegam até nós em nosso cotidiano profissional, dirigimos nossas ações favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios (BRAZ; TEIXEIRA 2003, p. 06-07).

O projeto profissional esta ligado exigências técnica da áreas de Serviço Social bem como a dimensão política que por sua vez influencia a intervenção profissional. Braz e Teixeira (2003), nesse sentido dizem que agindo de maneira contraria das classes sociais, definimos um posicionamento das nossas ações sociais e profissionais. Braz, frisa que:

O projeto pode ter mais dificuldades de exercer sua direção social e pode ser cobrado pela própria categoria a flexibilizar seus princípios e a adaptar suas diretrizes para atendê-las em suas demandas mais imediatas, correndo o sério risco de rebaixamento de suas agendas política. (BRAZ, 2007, p. 8).

Contudo os profissionais mesmo com dificuldades busca realizar suas ações e ao optar por uma opção classes social , pode vier a ser cobrado pela categoria. E a ceder ou ao flexibilizar suas diretrizes para as demandas dessas categorias corre serio perigode ultrapassar a normas do Assistente Social. Neste sentido, Paulo Netto (2007), referencia os Códigos de Ética componentes dos projetos profissionais.

Paulo Netto (2007), cita dois aspectos relevantes, sendo eles: “O primeiro se refere-se aos objetivos e funções profissionais. O elenco de objetivos do Serviço Social tem sido intencional e acintosamente minimizado mediante a centralização das funções no plano assistencial”. (PAULO NETTO, 2007, p. 8). E o segundo:

“[...] diz respeito a que os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combinacom uma direção político-profissional (PAULO NETTO, 2007, p. 8).

Para mais a consolidação do projeto profissional ocorre mediante contradições existentes na profissão com a consciência do pluralismo sendo o sujeito coletivo necessidades de diversas expectativas sociais em distintas preferências intelectuais envolvendo a unidade entre a teoria com a prática profissional.

O nível em que viabiliza o projeto ético-político é o que se refere aos requisitos teóricos, práticos e institucionais para o seu exercício está claro que aqui se insere, entre outros componentes, toda a problemática da formação. (BRAZ, 2007.p. 39).

Foi um momento de ruptura muito importante em 1992 para o Serviço Social, onde o conservadorismo era o que predominava, foi uma transição a crítica do

conservadorismo, sendo lançado o Projeto Ético Político.

Paulo Netto (2007, p. 01) diz que, “no entanto, o objeto deste debate – e, sobretudo, a própria construção deste projeto no marco do Serviço Social no Brasil – tem uma história que não é tão recente, iniciada na transição da década de 1970 à de 1980”.

Portanto o projeto profissional é importante para dar uma imagem a profissão onde sabemos que a teoria e a prática andam juntas na atuação profissional. Nesse sentido Paulo Netto destaca que:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (PAULO NETTO, 2007, p.04).

Os valores profissionais no desenvolvimento vêm se legitimando através das lutas em que a profissão tem buscado no cotidiano com o pensamento crítico, mesmo que na atualidade tem muitos profissionais que sua atuação está baseada no conservadorismo tradicional. E por isso não conseguem articular seus valores pessoais com o profissional no dia a dia, ou impor seus valores pessoais no exercício da profissão.

No meio do período de repressão da ditadura militar, os setores minoritários da categoria profissional divergiram contra a transformação da profissão em meras ferramentas de desenvolvimento que busca apenas o crescimento social. Segundo Paulo Netto :

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitou o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes. É desnecessário dizer que esta repercussão não foi idílica: envolveu fortes polêmicas e diferenciações no corpo profissional – o que, por outra parte, é uma saudável implicação da luta de idéias. (PAULO NETTO, 2007, p.11).

Contudo a batalha contra a ditadura civil - militar e a mesmo tempo a vitória da democracia permitiu mudanças no interior do corpo profissional promovendo as

anseios democráticos a partir dos interesses dos trabalhadores, que foram integrados em vários projetos societários distintos. Que rompeu barreiras em busca de proporcionar aos usuários condições de reivindicar suas necessidades. Para mais Paulo Netto diz que:

Na acumulação teórica operada pelo Serviço Social é notável o fato de, naquilo que ela teve e tem de maior relevância, incorporar matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo profissional – nela se empregaram abertamente vertentes críticas, destacadamente as inspiradas na tradição marxista. (PAULO NETTO, 2007, p.12).

Com a acumulação da mais valia e das forças produtivas o profissional tem que ter uma produção elevada para obter os benefícios essenciais tornando a classe dominante o poder absoluto na sociedade brasileira, e neste contexto o Assistente Social desenvolve suas atividades para romper com este processo e fortalecer a classe trabalhadora.

Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (PAULO NETTO, 2007, p.15).

Percebe-se que na atual conjuntura os profissionais têm encontrado dificuldades na efetivação do Projeto ético-político, em diversas séries de elementos que proporciona o sistema capitalista vigente, a sociedade passa a consumir além do necessário, formando-se mais indivíduos sobrepondo os direitos sociais da comunidade Paulo Netto (2007).

Vale ressaltar que mesmo o Assistente Social sendo um profissional assalariado com uma relativa<sup>2</sup> autonomia está sempre subordinado, como qualquer outro trabalhador assalariado no mercado de trabalho. Isso demonstra um grande desafio para a categoria no espaço sócio ocupacional na realização do fazer profissional de qualidade para atender a demanda posta na sociedade brasileira Raichelis (2011).

O profissional enfrenta no cotidiano diversos desafios para efetivação do projeto ético-político na esfera estatal, decorrentes de muitas contradições e conflito entre Estado e sociedade civil, na atuação profissional por meio de um atendimento individualizado ou coletivo.

Assim, afirma-se que as alterações nas políticas sociais e no mercado de trabalho refletem no exercício profissional do assistente social, ocasionando novas formas e condições de trabalho, como: terceirização como forma de contratação; precarização, devido ao excesso de demanda de atendimento, ocasionada pelo aumento do desemprego e diminuição do quadro de trabalhadores, a fim de cortar gastos; além da sua insegurança de emprego, devido às contratações temporárias e à sua condição de assalariado. Montaño (2017).

Percebe-se, portanto, que o assistente social é um trabalhador que, ao vender sua força de trabalho em troca de um salário, está “[...] submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados.” (RAICHELIS, 2011, p. 425).

Vale ressaltar que mesmo com a renovação do ensino superior brasileiro e também da profissão do Serviço Social há muita contradição na garantia de direitos em cada demanda apresentada cotidianamente

A renovação do Serviço Social brasileiro a partir da década de 1980 redefiniu rumos técnico-acadêmicos e políticos na constituição de um novo projeto profissional, expressando um amplo movimento da sociedade que se consolidou na Constituição de 1988. (SILVA, 2002; IAMAMOTO, 2007; YAZBECK, 2009; apud SEVERIANO et al., 2014 p. 2).

Com a construção de um novo projeto político as demandas contraditórias e as requisições sociais são apresentadas a profissão imbuída de princípios e valores éticos que fez parte desde o início quando surgiu a profissão, mesmo com a luta de classes dos trabalhadores em busca de seus direitos e até o momento que o governo tem retirado vários benefícios da classe trabalhadora instituído na Constituição Brasileira de 1988.

A Constituição Federal de 1988, assim como as anteriores de (1934, 1946, 1967 e 1969), deixam margem para o desenvolvimento e ampliação da relação público-privada, ao permitir e até incentivar a livre intervenção da iniciativa privada na política educacional. No cenário brasileiro contemporâneo é notória a expansão da parceria público-privado. (SEVERIANO; DIAS; LIMA; 2015, p. 02).

Para o assistente social necessita executar as demandas cotidianas do sistema capitalista, mediando ações que possibilite aos usuários os direitos sociais <sup>4</sup>garantidos para a sua sobrevivência, mesmo que não consiga solucionar a pobreza

---

<sup>2</sup>Relativa autonomia é um elemento constitutivo da profissão, cujo apresentando como uma ferramenta que possibilita ao assistente social construir sua intervenção profissional, fazendo

e a desigualdade social.

O assistente social tem em suas bases teóricas metodológicas a referência para nortear a intervenção profissional possibilitando uma leitura das expressões da questão social em suas intervenções tendo a possibilidade de compreender a demanda na sua totalidade.

## CAPÍTULO II

### **3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O ESTÁGIO E SUPERVISÃO**

Os estudantes de Serviço Social ao concluir o curso serão apto ao exercício da profissão tanto nos órgão público como nas instituição privadas e instituições do terceiro setor- associações, sindicatos, etc... Além de poderem trabalhar com programas sociais, nos movimentos sociais, empresas, entre outros.

O curso de serviço social habilita profissionais para trabalharem em instituições públicas e privadas, governamentais e não governamentais, tais como: empresas, instituições de assistência social, educação, saúde, lazer, sistema penitenciário, de seguridade social e movimentos sociais, ocupando as funções de planejamento, administração, execução, monitoramento e avaliação de projetos e programas sociais.(TOCANTINS,2006, p.01).

Com formação para o Assistente Social exercer atividade remunerada á um mercado de trabalho com gama de opções a qual possibilita atuar desde nos espaços institucionais governamentais, ambientes e as não governamentais, nas distintas esferas: municipal, estadual e federal. No Tocantins,

“[...] o Assistente Social encontra um mercado de trabalho com múltiplas possibilidades de atuação que vai desde os espaços institucionais governamentais, tais como: secretarias estaduais e municipais, presídios, poder judiciário, instituições asilares, empresas industriais e comerciais, órgãos de planejamento; passando pelos não governamentais tais como: associações, sindicatos, organizações comunitárias; ainda, conselhos de direitos e conselhos de política nas esferas: municipal, estadual e federal, prefeituras municipais e outros conselhos, até os espaços alternativos urbanos e rurais como: organizações sociais, unidades de produção coletiva tipo assentamentos rurais e áreas de reforma agrária, associações de produtores, comunidades indígenas e quilombolas. (TOCANTINS, 2006, p.01).

Apreensão e exercício do trabalho profissional do assistente social nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa. Atrrelados as demais dimensões da profissão, na quais se completam.

Mesmo com avanços que as Diretrizes Curriculares de 1996, o exercício profissional do assistente social na atualidade tem muitos impasses e desafios a serem enfrentados no cotidiano pelos profissionais para proporcionar ao usuário a efetivação dos direitos sociais prescritos na Constituição Federal de 1988, também tem o desafio da sua inserção no mercado de trabalho.

A profissão nos dias atuais está sofrendo contradições na ordem do capital, pois a proposta da ABEPSS de 1996 direcionam a formação e o estudo da Diretrizes Curriculares aos acadêmicos do curso do Serviço Social uma formação de qualidade, pois são muitos anos de aprendizado e um tempo significativo no estágio para se aprofundar nas dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e ainda a necessidade de um profissional Assistente Social que vai acompanhar os estagiários em Serviço Social.

Sendo está mais uma experiência para a formação dos estudantes tendo a oportunidade de conhecer a realidade da população usuária em diversos espaços sócio ocupacionais.

Apesar de que os Assistentes Sociais enfrentam várias dificuldades no seu cotidiano, decorrente de muitos cortes nas políticas públicas e sociais é necessário ter um pensamento crítico para lidar com toda essa situação em que o governo proporciona para sociedade brasileira em consonância como PEPSS.

Na formação profissional do assistente social, deve “[...] superar uma concepção praticista, dissociada do corpo teórico que lhe dá fundamento, rompendo com a visão voluntarista (ou ainda imediatista) do saber-fazer (CFESS, 2013, p. 6)”.

Portanto, a clareza do projeto ético-político profissional é imprescindível para que nossa ação profissional não seja permeada de voluntarismo, assistencialismo e conservadorismo e seja embasada pela defesa intransigente dos direitos humanos, da democracia, da universalidade dos serviços e programas sociais e reconhecimento da liberdade como valor central (CFESS, 1993).

O compromisso ético-político da profissão deve nortear toda a formação profissional, incluindo o momento do estágio supervisionado, uma vez que durante o processo de estágio o/a estudante terá contato com a realidade concreta do exercício profissional dos/as assistentes sociais e suas ações terão impacto na vida de diversas pessoas.

O estágio supervisionado é uma fase que contribui muito para a formação profissional, pode ser permeado por muitos desafios, exigindo resistência e persistência. Bem como os “traços da nossa formação social também se expressam na política de educação superior e se refletem no modo como se considera o estágio e no perfil de profissional a ser formado”(YOLANDA, 2016, p.08).

Diante do exposto, entendemos que é importante neste momento do estudo realizar uma reflexão do processo de formação profissional através das Diretrizes

Curriculares da ABEPSS de 1996.

O processo de formação dos assistentes sociais, por orientação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996, tem seu eixo de formação voltado para a questão social que, na atual conjuntura, é apreendida “como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção é cada vez mais coletiva, o trabalho torna mais amplamente social, enquanto que a apropriação dos seus frutos mantém-se provada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO apud RIBEIRO, 2010, p.81).

Portanto, a formação do assistente social é baseada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996 vinculadas as expressões da questão sociais. E seu trabalho é buscar enquanto profissional apropria-se do conhecimento para atender a sociedade. Para mais em seguida descreveremos as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

### **3.1 As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996**

O Serviço Social foi historicamente construído e efetivado como profissão. Assim, como a transição da profissão sofreu transformações, as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social também tiveram suas alterações no decorrer dos anos. Iamamoto analisa que:

A proposta de currículo encontra-se estruturada a partir de núcleos temáticos, que articulam um conjunto de conhecimentos e habilidades necessários à qualificação profissional dos assistentes sociais na atualidade. São três os núcleos temáticos: o núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o núcleo de fundamentos de particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2001, p. 71).

Cada disciplina tem seus fundamentos de instrução para embasamento na prática profissional, destacando que cada núcleo deve ser compreendido em sua particularidade.

As novas diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS foram implementadas a partir de 1966, após um amplo processo de discussão que ocupou o debate nos anos 90, em diversos fóruns acadêmicos e políticos da profissão. Mobilizou ainda, o corpo docente e discente dos cursos de serviço social do Brasil, bem como profissionais supervisores de estágio, todos como sujeitos no processo de implementação das referidas diretrizes (CARDOSO, 2000).

Essas mudanças curriculares vieram responder às transformações da

conjuntura econômica, política, social e cultural, como ocorreu nas demais alterações dos currículos anteriores.

Nesse sentido, requer uma análise constante da formação profissional enquanto interlocutores do conhecimento, colocando desafios de refletir sobre os projetos de formação profissional e sua relação com os paradigmas das teorias sociais, por se tratar de uma profissão que reconhece sua inserção crítica na realidade social.

Baseado nas Diretrizes Curriculares (1996), o estágio faz parte do terceiro núcleo, onde os elementos constitutivos compreendem desde a trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica a pesquisa, o planejamento, resguardando as suas competências específicas, normatizadas por lei.

Assim, pensamos que o estágio será o primeiro lócus de apropriação do estagiário com a prática profissional do Serviço Social. Essa apropriação da realidade social em que o profissional está inserido será determinante no processo de desenvolvimento do perfil desse futuro profissional ” (GUERRA, 2016, p. 06).

Portanto, “É na instituição de estágio e no estágio supervisionado o lócus onde o estudante, com a contribuição dos supervisores, mobiliza os conhecimentos adquiridos na academia. Esse espaço completa a viagem do conhecimento, permitindo o caminho de volta” (GUERRA, 2016, p. 06).

Entendemos assim, que essa atividade deverá ser desempenhada com maestria, dedicação e comprometimento da tríade envolvida nesse processo, isto é, o docente, o discente e o assistente social do campo de estágio.

É importante destacar que a atividade de estágio supervisionado deverá ser desenvolvida e amparada pelas legislações e resoluções específicas para essa prática. Partindo do pressuposto da função ensino/aprendizagem do estágio, pode-se afirmar que essa atividade integra também a relação teoria-prática desse aprendizado, numa perspectiva de unidade.

É justamente no estágio onde o estagiário tem contato com a realidade vivenciada no cotidiano, e vê a aplicação de cada política e as estratégias de intervenção, sendo, o público alvo que vai a busca de seus direitos. O atual Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social da UFT, aprovado em 2007, não discorda em sua totalidade da proposta da ABEPSS/MEC. Ambas apoia uma formação ligada com os parâmetros filosóficos norteados nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Portanto, proposta da PCC de 2010 é uma alteração Projeto Pedagógico do Curso de 2007 alterado pela Resolução Consepe nº 07. O qual incorpora as principais alterações trazidas pelas Diretrizes Curriculares de 1996, no tocante á estrutura curricular e ao formato das disciplinas e conteúdos específicos da formação em Serviço Social. Ficando o PCC de 2007, amarrado à estrutura curricular das Diretrizes da década de 1980, hoje superada em nível nacional.

Para mais, a proposta PPC de 2010 do curso de Serviço Social da UFT foi nas Diretrizes Gerais para os cursos de Serviço Social no país. As reflexões são baseada referencial teórico em Yazbek. M. C. Legislação Brasileira para o Serviço Social, CRESS/SP, 2006

No item seguinte iremos abordar sobre a legislação em estágio que traz base para o acadêmico na sua atuação profissional.

### **3.2 O estágio e a supervisão no processo de formação profissional**

O estágio é um espaço onde o estudante tem a oportunidade de conhecer a realidade vivenciada com a população usuária, tendo a possibilidade de visualizar atuação profissional do Assistente Social.

E Supervisão no Serviço Social consiste em “uma atribuição profissional” (BRAGA; GUERRA 2009, p. 02). Segundo as autoras, algumas das modalidades de supervisão encontram-se em decadência.

E “ vezes assumindo uma conotação de assessoria, a supervisão em serviço, de programas, políticas, projetos, equipes e profissionais, entre outros e recebem a atribuição sócioprofissional das mais requisitadas” (BRAGA; GUERRA 2009, p. 02).

Para além, a supervisão de estágio em serviço social atualmente requer uma grande mudança dos profissionais, pois a sociedade está em constantes transformações, modificando o olhar e o trabalho do assistente social. Os fatores decorrentes disso podem citar: os avanços tecnológicos, os avanços medicinais, e a evolução da sociedade.

A supervisão que integra o projeto de formação é igualmente componente de um projeto de profissão, “pois comporta sua orientação teórica e direção ético político”. (CFESS, 2011,). Com base nessas considerações vale ressaltar que teoria e a pratica são inseparáveis, pois cada uma com suas especificidades particulares se complementam.

A atividades de formação são ligadas a profissão cujo “o estágio supervisionado deve se constituir em espaços de desvelamento da realidade social e construção de uma pratica voltado para a superação das atividades técnico-burocráticas e focalizadas”. (AMORIM, 2017, p.06).

Vale destacar é que diversos obstáculos dificultem o trabalho desse profissional, pois ao chegar no ambiente o acadêmico deve começar com a observação., porem esses acadêmicos já chegam ao campo de estágio trazendo consigo uma bagagem teórica contemporânea contrapondo a bagagem do profissional. (AMORIM, 2017, p.06).

Com isso, conclui-se que dificulta o processo de reflexão e as tomadas de decisões para que se atue esse futuro profissional em que a partir do que foi observado ele possa criar intervenções criativas que solucionem o problema e que preserve os direitos humanos. Para mais Amorim diz que :

O Serviço Social é uma profissão interventiva, o que implica uma pratica sobre o cotidiano e nesse âmbito o imediatismo é característica fértil, levando os profissionais à consciência de que a teoria se opõe à prática”. (AMORIM, 2017, p. 07).

Dessa forma é necessário que o acadêmico esteja ciente do papel do assistente social, sua prática e sua teoria, pois ambas são essencial para o seu trabalho. Segundo Amorim 2017 define o papel do assistente social:

O assistente social enquanto supervisor assume uma multiplicidade de papeis, entre eles, o de estimular a reflexão crítica da realidade e do processo de formação indissociável, das dimensões ético-política, teórico-metodológica, e teórico-operativa. Implica dizer que o supervisor de campo deve assumir uma postura pedagógica mesmo não exercendo a atividade de professor. (AMORIM, 2017, p.07).

E, é um dos momentos que o estagiário tem a possibilidade de propiciar uma escuta qualificada, observação e o diálogo. Assim como o estagiário pode colocar em prática, o que aprendeu na academia com a população usuária, pois é possível escrever na prática profissional (GUERRA, 2018).

O que percebemos que uma profissão de natureza interventiva, propicia ao estagiário uma forma de olhar a realidade social na atual conjuntura tendo a capacidade de interpretar a demanda posta com argumentos fundamentados nos seus conhecimentos.

[...] o estágio supervisionado tem um potencial riquíssimo como espaço de síntese entre conhecimentos teóricos e saberes práticos, já que permite desenvolver todas as dimensões da profissão e articulá-las em torno de um perfil profissional crítico, que detenha competência técnica, teórica, política,

apontado em valores que se confrontam com a sociabilidade burguesa, com aptidão para a pesquisa e para a produção de conhecimento crítico. (GUERRA, 2018, p. 101).

O estágio supervisionado permite ao acadêmico realizar na prática o aprendizado na academia levando para fora da sala de aula, isso não deixa de ser um aprendizado, ao contrário é onde o estagiário tem o contato com o usuário no espaço de atuação, onde o acadêmico pode aperfeiçoar com o local de estágio e futuramente pode até atuar nessa área.

“[...] o estágio tem potencial didático-pedagógico, pois ele se realiza nas mesmas condições e relações que condicionam os espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais, comportando as tendências mais recentes de tais espaços laborais (GUERRA, 2018, p. 03, 04).

O espaço ocupacional possibilita ao estagiário o desenvolvimento das suas habilidades e competências e propicia uma reflexão entre a teoria e a prática exercitando sua potencialidade, assimilando o cotidiano profissional.

Dessa forma, o estágio supervisionado permite ao futuro profissional conhecer a prática, onde ele passa a conviver o dia a dia na rotina do supervisor de campo relacionado com o supervisor acadêmico. De acordo com Pinto (2004) através da experiência de estágio que o acadêmico vai se apropriar da atuação profissional, de tal modo que lhe permite identificar-se como membro efetivo da mesma. Uma experiência que pode ser “diferente”, ‘complicada’ e até ‘traumática’. Acerca desse assunto Guerra diz:

Assim é que considerar o potencial do estágio supervisionado requer que se leve em conta que a lógica constitutiva dos espaços sócio ocupacionais é incompatível e até se confronta, com a lógica da aprendizagem e da orientação de profissionais, a qual, por sua vez, encontra-se subjacente às Diretrizes da Formação Profissional dos assistentes sociais brasileiros, fruto de construção coletiva protagonizada pelas entidades representativas da categoria e dos diversos segmentos desse [...]. Trata-se de uma perspectiva de apreensão da realidade dada a partir da relação que o sujeito estabelece com o objeto a ser conhecido, na direção do seu desvelamento. (GUERRA, 2016, p.104).

O estágio é um dos momentos mais importantes para o estudantes, e um momento crucial para completar sua formação acadêmica e onde se percebe a importância do profissional Assistente Social, sendo este um momento do onde o aprendiz vai estar em contato com o usuário. É um dos momentos que o estagiário tem a oportunidade de fazer os planos e projetos, pois acaba possibilitando ao acadêmico imaginar onde interessa atuar (PAULO NETTO, 2007).

No caso do curso de Serviço Social, todas as disciplinas na grade do curso de têm seu peso, sua importância para a atuação profissional, tudo é novo para o acadêmico, é um momento onde o estudante tem a oportunidade de sentir como vai ser a atuação após sua formação profissional. Segundo Guerra a experiência do estágio supervisionado é:

[...] única. Embora todos os requisitos curriculares tenham a sua importância e para desenvolver as capacidades necessárias ao futuro profissional, entendo que o estágio supervisionado detém o potencial de permitir ao estudante como sujeito desse processo, receber o impulso da própria realidade, e a depender do seu perfil e do seu nível de amadurecimento teórico-metodológico, ele vai **aprendendo** as determinações dessa realidade e **aprendendo** os caminhos para o conhecimento desse objeto (posto na e pela própria realidade). (GUERRA, 2016, p. 105).

A experiência que o acadêmico tem na sua convivência com o assistente social supervisor de campo fornece ao estagiário um amadurecimento. Bem como a vivência com esse profissional proporciona adquirir bagagem na atuação profissional, tornando um estagiário com pensamentos críticos, com condições de enfrentar todas as dificuldades no espaço sócio ocupacional.

Quanto mais o estudante for estimulado a mobilizar os conhecimentos adquiridos, no sentido de colocá-los à prova diante da realidade, mais o seu **perfil crítico** será fomentado. Aqui o supervisor pode se valer de um roteiro que oriente a observação, que não deve ser aleatória, bem como de técnicas de análise de conjuntura e de análise institucional, o que deve permitir que a reflexão do estudante ultrapasse a aparência dos fatos para a essência dos processos. (GUERRA, 2016, p.105).

O espaço institucional é o local onde o estagiário vê a realidade vivencia a realidade, e pode apreender com os profissionais da área as estratégias, colocar em prática tudo que aprendeu em sala de aula, como por exemplo, as estratégias, ética profissional, as políticas, dentre outras. Nesse sentido Guerra 2016, diz que:

O espaço institucional que é o lócus do estágio supervisionado detém o potencial de ser apreendido como concreto, que significa: 1) que ele é resultado da realização de sínteses postas pelas múltiplas determinações (econômica, culturais, políticas, sociais, subjetivas) que constituem o próprio estágio e que nele operam; 2) que ele deve ser analisado, refletido, teorizado pelo processo de abstração, operação realidade quando o pensamento se debruça sobre a realidade na direção de conhecê-la, o significado captar a lógica que constitui os processos próprios dessa realidade e as múltiplas determinações que nele se operam [...]. É na instituição de estágio e no estágio supervisionado o lócus onde o estudante, com a contribuição dos supervisores, mobiliza os conhecimentos adquiridos na academia. Esse espaço completa a viagem do conhecimento, permitindo o caminho de volta. (GUERRA, 2016, p. 06).

“Não deve haver dúvidas de que o espaço do estágio supervisionado permite desenvolver a capacidade do estudante de elaborar teoricamente a realidade”. (GUERRA, 2016 p.106).

A observação profissional proporciona ao estagiário segurança na sua atuação profissional, podendo desenvolver na realidade a prática baseando-se com a teoria.

O espaço de estágio permite que os marcos históricos da formação socioeconômica, ideal política e cultural brasileira, aprendidos como conteúdos teóricos na vida acadêmica, sejam percebidas como mediações que configuram os processos sociais na atualidade e que se expressam no cotidiano institucional (GUERRA, 2016 p.107).

O espaço do estágio é um dos momentos gratificantes, mas também tem muitas frustrações, pois nele percebemos que às vezes, a vida no campo de estágio contradiz com o que é colocado e apreendemos em sala de aula, pois existem muitas contradições na dinâmica da realidade. É um momento em que nos deparamos com o não cumprimento do “papel do Estado”, com seu dever com a sociedade (GUERRA, 2016).

E o estágio nos permite conhecer a população usuária como pessoas reais, sujeitos ativos construindo sua vida material, sua história social; homens e mulheres que serão interpretados como sujeitos reais e concretos, resultado de um conjunto de leis sociais que operam permanentemente em suas vidas e que incidem nas suas formas de produzir e reproduzir sua vida material e espiritual. (GUERRA, 2016, p. 109).

Portanto, é nas instituições onde estagiário vivencia um pouco da realidade profissional e ao mesmo tempo e enjerem a realidade local, e os diversos sujeitos que são atendidos nesse local.

É no estágio que o estudante se depara com o cotidiano institucional, com seu peculiar modo de ser, em que imperam o espontâneo, o superficial, o heterogêneo, o fugaz, o fluído, o imediato, e desencadeia procedimentos que visam responder a essas características: analogias, repetição, preconceitos. (GUERRA, 2016, p.110).

Com base na fala dessa autora é no dia a dia que estagiário se depara com a dificuldade encontrada no âmbito o social, institucional e profissional, envolvendo questões abstratas e concretas. Tratando-se de um processo complexo que supõe a realidade e apropriação do Projeto Político Profissional.

Como processo ensino/aprendizagem, a supervisão conjunta envolve dois sujeitos profissionais, quais sejam supervisor acadêmico e supervisor de campo, prevê a realização de encontros sistemáticos nos quais se constrói,

se acompanha e se avalia o plano de estágio, tendo por base os objetivos a serem alcançados, as metas, os instrumentos e estratégias didático-pedagógicas (BRAGA, GUERRA, 2009, p.14)

Ao concluir o estágio o estagiário deve ter a capacidade mínima de elaborar teoricamente ações que justifique a necessidade da atuação daquela instituição, levando em consideração os elementos históricos pautados na realidade local.

### 3.2.1 A Política Nacional de Estágio de 2010

Esse inciso tem como objetivo aborda a Política Nacional de Estágio que é de suma importância para que as unidades de formação acadêmica possam elaborar e reformular suas políticas de estágio, com base nos marcos regulatórios do Serviço Social bem como a legislação em vigor. Segundo ABEPSS, (2010) a Política Nacional de Estágio:

(...) a importância do artigo 4º da Resolução CFESS que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social, e define que para realização do estágio faz-se necessário a existência de um projeto de trabalho da unidade de formação acadêmica e um plano de estágio no âmbito da instituição, além dos relatórios dos estudantes. Tais exigências são fundamentais para assegurar que o estágio se constitua, de fato, em uma atividade pedagógica constitutiva do processo de formação profissional. (ABEPSS, 2010, p. 33).

Neste viés, a implementação da Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS 2010), norteia à operacionalização do estágio curricular, bem como apresentou uma notória contribuição no quesito fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional.

Para mais, Política Nacional de Estágio (PNE) trouxe na íntegra diversas contribuições referentes ao posicionamento crítico do estágio curricular o qual é de suma importância na formação profissional. Inicialmente, esse documento baseado no debate atual e cujo as problemáticas são envolvidas diretamente no projeto profissional do Serviço Social. Com isso o contexto de contrarreforma universitária e os desafios impostos à formação de novos assistentes sociais.

Desse modo a Política Nacional de Estágio ligada as estratégias de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, propõem fortalecer a formação profissional crítica, buscando colocar o estágio como um elemento essencial no processo. Os elementos formativos são responsáveis pela aprendizagem da

dinâmica a ser adquirida no contexto profissional e social pelos discentes.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entidade civil de natureza acadêmico-científica em âmbito nacional, de acordo com suas finalidades estatutárias, traz no art. 2º as seguintes questões:

I- propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação; II- fortalecer a concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais; III- contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias; IV- propor e coordenar processos contínuos e sistemáticos de avaliação da formação profissional nos níveis de Graduação e Pós- Graduação (ABEPSS, 2008).

Ao interligar o contexto sócio econômico e político contemporâneo, as definições, a ABEPSS determina que uma das bases traçadas como política nacional de estágio na área do Serviço Social, enfatizada como fundamental para os processos de mediação teórico-prática nas entrelinhas da formação profissional do assistente social. Mas a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social defende que:

A construção coletiva desta Política Nacional de Estágio (PNE), certamente, encontra, no contexto atual, a urgência na defesa de um projeto profissional vinculado a um projeto de sociedade no horizonte estratégico da ampliação dos direitos, na direção da emancipação humana. A discussão sobre a esta Política iniciou-se com o lançamento, em maio de 2009, do documento-base que subsidiou o amplo debate coletivo, ocorrido em todo o país em eventos realizados entre os meses de maio e outubro do corrente ano, que discutiram o referido documento e encaminharam propostas para a versão final da PNE. Essas contribuições foram debatidas nas seis oficinas regionais de graduação da ABEPSS (ABEPSS.2010.01).

Política Nacional de Estágio (PNE) ,Segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, que descreve “esse processo coletivo de debates demonstra o caráter mobilizador e estratégico da PNE na defesa do projeto de formação profissional e instrumento de luta contra a precarização do ensino superior” (ABEPSS 2010).

Foram o marco de mobilização em todo Brasil, descrito como demonstram os dados relativos levantados de diversos debates acontecidos no país que discutiram a Política tais como: “80 eventos, que contaram com a participação de 175 UFAs e 4.445 participantes” (ABEPSS, 2010, p. 02).A sua versão final foi criada norteada o

documento base, cujo as geraram contribuições aos seis relatórios das oficinas regionais, e ao relatório da mesa que debateu a PNE na Oficina Nacional de Graduação. Sobre esse assunto, ABEPSS diz:

cabe as UFAs desenvolverem na Política de Estágio, objetivos e estratégias que contemplem a articulação e o relacionamento institucional com os campos de estágios, com as entidades de representação da categoria e aproximação entre supervisores e estudantes (ABEPSS, 2010, p. 35).

Para além, essa Política fortaleceu a realização de ações na formação/capacitação no âmbito supervisionado tais como: as eventuais articulações de fóruns de estágio, a avaliação permanente, o aperfeiçoamento da preparação de novos campos e estagiários, a realização de Seminários vinculados as disciplinas.

As quais possuem temas transversais que ultrapassam diversos campos e temáticas, como é exemplo os seminários e atividades preparatórias para estudantes. Que acontece antes do universitário adentar o campo de estágio, bem como as demais atividades do curso e da Universidade ou Faculdade por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão da Unidade.

Outro marco importante do PNE foi à criação e fortalecimento do Fórum de Supervisores, possibilitando os debates das questões estágio por todo país. “Este mecanismo de articulação tem se constituído como uma das estratégias utilizadas pelas diversas unidades de ensino, e também foi enfatizado após a deliberação do eixo de formação profissional do conjunto CFESS/CRESS no ano de 2009” (ABEPSS, 2010, p. 35).

Por isso a introdução dessa estratégia na PNE, com a articulação dos docentes e profissionais e estudantes relacionados às questões do estágio como uma estratégia política de fortalecimento e permanência. Os debates dessa temática criaram a construção de alternativas de qualificação do estágio em Serviço Social.

Para além o próximo inciso dessa seção aprofundaremos nosso debate a cerca da dos documentos legais com Legislação do Estágio e Supervisão em Serviço Social, que é de suma importância para formação do profissional do Assistente Social.

### 3.3 A Legislação do Estágio e Supervisão em Serviço Social

O estágio obrigatório está incluso no currículo escolar do curso de Serviço Social, torna indispensável à realização do mesmo durante o processo de formação profissional. A partir do estágio os acadêmicos têm o seu primeiro contato com o exercício profissional, portanto esse processo norteado estar assegurado dentro do projeto ético-político, nas dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão. Segundo CFESS (2013), o estágio supervisionado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996 (LDB) norteia-se em dois princípios:

- 1° O princípio da autonomia universitária, que atribui a responsabilidade de normatização para as Instituições de Ensino Superior.
- 2° O princípio regulatório da relação entre o estágio supervisionado e o mercado de trabalho, onde estabelece que estágio supervisionado não caracteriza vínculo empregatício (CFESS, 2013, 8 -9).

Para além, O Serviço Social uma profissão cuja divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 71), bem como as demais formação profissional, tem duas modalidades de estágio curriculares, sendo: estágio obrigatório e estágio não obrigatório. Sendo que o não obrigatório pode ser remunerado ou não. Neste mesmo véis a Resolução 553, CFESS de 29 de setembro de 2008 que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social:

Estágio curricular obrigatório: o estabelecido nas diretrizes curriculares da ABEPSS e no Parecer CNE/CES 15/2002, que deverá constar no projeto pedagógico e na política de estágio da instituição de ensino superior, de forma a garantir maior qualidade à formação profissional.

O estágio não obrigatório: definido na lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, deverá ocorrer nas condições definidas na referida lei e na presente Resolução (BRASIL, 2008, p. 02).

E as atividades de estágio obrigatório constitui um processo de aprendizagem que relaciona teoria com a prática em uma perspectiva de articulação na qual se orientam, na qual desenvolvendo suas competências e construindo o perfil do profissional, tornando-o mais crítico, investigativo, propositivo, etc.

No entanto o estágio obrigatório, e o não obrigatório seguem o mesmo deve ser supervisionado em conjunto pelo supervisor acadêmico e de campo de estágio, essas supervisões são indissociáveis. Esse processo de estágio acontece por meio de três sujeitos envolvidos: do supervisor acadêmico, do supervisor de campo e do estagiário. No caso do Serviço Social esses supervisores devem cumprir o que

determina a Resolução CFESS 533/2008:

Art. 2º - A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino. (CEFESS, 2008).

Vale ressaltar que a Resolução citada foi formulada pela necessidade de se elaborar uma legislação específica para tratar do estágio, considerando o aumento de instituições que promovem o ensino a distância como também das discussões realizadas pelos conselhos fiscalizadores CRESS-CFESS e ABEPSS para regulamentar as competências e atribuições no que compete a supervisão direta de estágio (IAMAMOTO, 2002). Para mais Iamamoto, diz que:

As competências expressam capacidade para apreciar ou dar resolatividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, pois são a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais. As atribuições são prerrogativas exclusivas ao serem definidas enquanto matéria, área e unidade de Serviço Social<sup>4</sup>. Esse esclarecimento conduz à elucidação da concepção mesma de profissão de Serviço Social, uma vez que a auto qualificação da profissão é uma prerrogativa de seus agentes especializados e seus organismos representativos (IAMAMOTO, 2002, p.09).

Neste sentido, o curso de Serviço Social trata as competências profissionais bem como seu conjunto, sistematiza as competências e atribuições com base nas legislações já vigentes como a Lei 11.788/2008 do estágio em geral, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

A Lei 8662/1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social em consonância com os princípios do Código de Ética do Assistente Social (1993), a presente resolução normatiza a relação direta, sistemática e contínua das instituições de ensino, os campos de estágios e os conselhos regionais, que buscam a indissociabilidade da formação e o exercício profissional (ABESS/CEDEPSS, 1996, 1997a, 1997b; MEC-SESU/CONESS/Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999; MEC-SESU, 2001).

Para mais “os espaços profissionais os assistentes sociais executam na sua formulação, planejamento e execução de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde, previdência, no conjunto das regulamentações profissionais”(Lei n. 8.662, 1993). Nessa percepção a LDB define no artigo 82 que:

Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição. Parágrafo único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica (BRASIL, 199, p. 32).

Esses espaços visam garantir a qualidade do ensino e também do estágio, tendo em vista que esse é um momento ímpar no processo de formação, considera-se que essa resolução favorece na garantia da qualidade dos serviços prestados na esfera do Serviço Social (Lei n. 8.662, 1993). Para mais o estágio no curso de Serviço Social é supervisionado por um professor assistente social. Segundo a CFESS (2013).

A supervisão direta de estagiários em Serviço Social é efetuada através da relação entre unidade acadêmica e instituição pública ou privada que recebe o/a estagiário vejamos propõe o (Artigo 4°):

ao supervisor de campo apresentar projeto de trabalho à unidade de ensino incluindo sua proposta de supervisão, no momento de abertura do campo de estágio;(CFESS, 2008, p.03).

aos supervisores acadêmicos e de campo e pelo estagiário construir plano de estágio onde constem os papéis, funções, atribuições e dinâmica processual da supervisão, no início de cada semestre/ano letivo;(CFESS, 2008, p.03).

A função da supervisão direta é correspondente, ao supervisor de campo e ao/à supervisor/a acadêmico/a (Art. 8°), especialmente no estágio obrigatório. Os dois são responsáveis pela “a abertura e encerramento do campo de estágio, planejar conjuntamente as atividades inerentes ao estágio, garantir o cronograma de supervisão sistemática, elaborar o plano de estágio” (CFESS,2013, p.21). Bem Como, “realizar reuniões de orientação, discutir e formular estratégias para enfrentar questões pertinentes ao estágio, atestar/reconhecer as horas de estágio realizadas pelo/a estagiário/a” (CFESS,2013, p.21). Para mais esse artigo ainda traz:

Além de reconhecer essa corresponsabilidade a indissociabilidade entre teoria e prática e reafirmar a necessária relação de cooperação e intercâmbio entre essas duas instâncias (formação e exercício profissional) no processo de construção do estágio” (CFESS,2013, p. 21).

A Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, nos seus artigos 4º e 5º destinados as competências e atribuições privativas do assistente social. No quais as competências determinam a capacidade de solucionar problemas, bem como de dar

resolutividade a para determinado assunto.

O Assistente Social deve estar apto para atuar assim que sai da universidade, pois no decorrer da formação acadêmica os professores preparam todos os acadêmicos para serem bons profissionais, pois na formação profissional vem todoum aprendizado que envolve a formação, a preparação, os instrumentos, o Código de Ética, políticas, estratégias, que culminam no estágio (ABEPSS, 2013, p.14).

O novo perfil do trabalhador se expressa num patamar diferenciado de conhecimento acumulado, na experiência polivalente, na capacidade cognitiva, nos novos hábitos de trabalho e na forma de pensar. Nesse sentido, mas importante que deter o conhecimento, é saber gerenciá-lo, conduzi-lo à geração de novo conhecimento. (KOIKE,1999, p.104).

Quando o profissional busca no cotidiano se qualificar no intuito de obter uma atuação fundamentada no conhecimento a fim de proporcionar um elo da teoria com a prática, compreendendo a cada complexidade da demanda vigente.

Para dar conta dessa complexidade, a formação profissional precisa garantiro desenvolvimento de um conjunto de novas competências teórico-instrumentais e ética-políticas que, somadas ao acúmulo proporcionada pela maturidade acadêmico-profissional e político-organizativas da profissão, assegure, tanto inteligibilidade às transformações sociais que moldam a sociedade contemporânea, quanto vinculação da ação profissional às necessidades e processo sociais que afirmam o ideário consubstanciado no Código de Ética Profissional. (KOIKE,1999, p.104).

O profissional pautado na legislação de sua profissão tem uma atuação na perspectiva dialética, dando condições ao profissional uma garantia de desenvolver suas habilidades em proporcionar ao usuário seus direitos.

No próximo tópico falaremos das atribuições do estagiário que também implicam na sua preparação profissional.

### 3.3.1 As Atribuições do Estagiário em Serviço Social

No período de estágio todos os envolvidos no processo devem desenvolver suas atividades com dedicação e competência. Essas atividades fazem com que esse processo se desenvolva de maneira sistemática, sendo que cada sujeito fará a sua parte, para obtenção do mesmo resultado em comum.

Durante o estágio é dever de o aluno demonstrar o conhecimento teórico

apreendido até o momento, demonstrando interesse e competência no desenvolvimento de suas funções/ações.

Bianchi (2002) levanta uma questão importante ao mencionar que o aluno não deve se colocar à disposição da instituição campo de estágio, para desenvolver atividades que não condizem com a sua área de estudos, para isso os professores devem incentivar os alunos para que os próprios se valorizem e que para realizar o estágio os mesmos não devem exercer funções que não condizem com sua condição de aprendiz da profissão que se destina o estágio.

É importante que o acadêmico demonstre ao mercado de trabalho e para a comunidade que a universidade está formando profissionais que serão capazes de exercer com qualidade as funções as quais se destinam, vale ressaltar que todas as ações do estagiário serão supervisionadas pelo supervisor de campo e acadêmico.

A concepção do curso de Serviço Social da UFT fundamenta-se nas Diretrizes Gerais para os cursos de Serviço Social no País, que o define que:

uma profissão que intervém em diversos âmbitos da realidade social, e o assistente social é, portanto um profissional do setor de serviços com a intervenção voltada para a melhoria das condições de vida da população através da oferta de bens, recursos e serviços como pelo exercício de uma ação sócio executiva. Considera-se, portanto, a questão social o fundamento básico do Serviço Social. (TOCANTINS, 2010)

A Política Nacional do Estágio, estabelece ainda que:

A supervisão acadêmica não deve ultrapassar o limite de 15 alunos por turma, tendo em vista as especificidades da disciplina de estágio, bem como os critérios de avaliação institucional previstos pelo INEP, em relação às disciplinas que articulam teoria e prática. Indica-se que as turmas devem ser subdivididas por áreas de atuação/conhecimento do Serviço Social (políticas sociais, fundamentos, trabalho, questão urbana e rural, questão geracional, etc.), organizados conforme realidade dos campos de estágio e quando possível, a compatibilização com as áreas dos Grupos Temáticos de Pesquisa da – GTPs da ABEPSS. (ABEPSS, 2010, p. 34).

Nessa viés a Resolução CFESS N° 533, de 29 de setembro de 2008. A Ementa regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social no Art. 3º no Parágrafo único, diz que:

A definição do número de estagiários a serem supervisionados deve levar em conta a carga horária do supervisor de campo, as peculiaridades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais, sendo que o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho. (CFESS, 2008, p. 03).

A Política Nacional do Estágio (2010.p.24), destaca ainda as atribuições que o estagiário irá exercer no campo de estágio cujo “observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas da instituição campo de estágio, tais como”. Para mais a PNE (2010.p.24), cita as atribuições” dos sujeitos que constroem o estágio,” como: Comunicar e justificar com antecedência ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios; Apresentar ao coordenador de estágio, no início do período, atestado de vacinação, no caso de realizar seu estágio em estabelecimento de saúde; Realizar seu processo de estágio supervisionado em consonância com o projeto ético-político profissional; Reconhecer a disciplina de Estágio Curricular em Serviço Social; Participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo.

### CAPÍTULO III

#### **4 CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFT: OS LIMITES E POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA REALIDADE DO TOCANTINS**

##### **4.1 Procedimentos metodológicos do curso de Serviço Social da UFT**

O Serviço Social foi implementado no Brasil como curso de formação superior no final da década de 1930, com a criação da primeira escola de Serviço Social em 1936 em São Paulo, já na região norte, as primeiras escolas de Serviço Social foram criadas na década de 1950, a primeira no Amazonas, e a segunda no estado do Pará. Ambas foram reconhecidas enquanto curso de nível superior apenas na década de 1960. Enquanto escolas públicas na região norte permaneceram apenas essas duas experiências até a criação do curso de Serviço Social no estado do Tocantins na UFT, em 2006.

Em relação às escolas privadas na região norte, na década de 1980, houve um investimento maciço na formação dos assistentes sociais através de escolas privadas, iniciado no estado do Pará pela UNAMA – Universidade do Amazonas, e seguido pelo Amapá através do IMMES – Instituto Macapaense de Ensino Superior. No estado do Tocantins, a formação do assistente social também tem sido orientada pela lógica da privatização do ensino superior. Dessa forma a metodologia aplicada para criação do Projeto Político do Curso de Serviço Social campus de Miracema, pela UFT, levou em consideração as seguintes diretrizes:

Metodologia de trabalho utilizada por essa comissão privilegiou a adoção dos seguintes procedimentos: levantamento do arcabouço legal que orienta a elaboração de projetos pedagógicos; discussão e análise de projetos pedagógicos curriculares de instituições de educação superior promotoras do Curso de Serviço Social e realização de reuniões de trabalho para elaboração da proposta, bem como a discussão desta com profissionais da área que representam a categoria no âmbito do exercício da profissão (TOCANTINS, 2010, p.11-12).

Nessa mesma perspectiva o autor Masetto (1998) afirma que, no que diz respeito ao desenvolvimento na área do conhecimento, alguns aspectos são importantes para um bom desempenho profissional, “no aspecto afetivo-emocional; habilidades, atitudes e valor”.

Já no que diz respeito ao processo de aprendizagem, “o autor valoriza uma formação de profissionais sob a ótica da totalidade, não só e conhecimentos, mas envolvendo atitudes e valores (pessoais como profissionais) tais como, democracia, participação, compromisso e ética”.

Contudo o acadêmico que compreende e utiliza-se dessas duas metodologias, sabendo lidar com os valores e aprendizagens ao longo do curso, desempenhará um papel de crítico e reflexivo de suas abordagens, construindo assim um papel de humano, ético, solidário entre outros. Envolvendo um excelente trabalho coletivo e dialógico.

#### **4.2 Projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFT**

As alterações apresentadas na proposta de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFT – Campus Miracema do Tocantins se fundamenta nos princípios norteadores da formação profissional do assistente social, no âmbito nacional, preconizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Diretrizes Curriculares do MEC, cuja preocupação consiste em subsidiar os currículos dos cursos de Serviço Social no Brasil.

Por meio das mudanças nas propostas pelas Diretrizes Gerais que propõe revisar “o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Campus de Miracema do Tocantins” centralizam uma proposta de currículo mínimo para os cursos de Serviço Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996 (ANEXO 1), bem como a Lei que regulamenta (ANEXO 2) a profissão e o Código de Ética, ambos de 1933 (ANEXO 3) ,TOCANTINS (2010,p.22) .

Vale ressaltar que o atual Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social da UFT, aprovado em 2007, não destoia totalmente da proposta preconizada pela ABEPSS/MEC, pois o mesmo defende uma formação condizente com os parâmetros filosóficos estabelecidos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Contudo, a proposta do PPC de 2007 não incorpora as principais alterações trazidas pelas Diretrizes Curriculares geral. Que foi “aprovada em uma assembleia Extraordinária de 08 de Novembro” (TOCANTINS ,2010,p.22)no tocante à estrutura curricular e ao formato das disciplinas e conteúdos específicos da formação em serviço social. Ficando o PPC (2007), amarrado à estrutura curricular das Diretrizes da década de 1980, hoje superada em nível nacional.

Por tanto, devido a carência de profissionais na região norte, criou-se este curso, para suprir as necessidades existentes e estreitar as relações da região norte com a região centro-oeste. Dessa forma, intitulou-se uma comissão organizadora do Projeto Político do Curso, delimitando os objetivos, estratégias e metas do curso, como também as características do futuro profissional, suas metodologias de ensino e aprendizagem PPC (2007).

A função de cada membro, coordenação, diretorias, equipe de professores, técnicos administrativos, que contribuíram para a formação desses futuros assistentes sociais. O Curso tem gestão colegiada composta por todos os professores que trabalham no curso e representação estudantil. Segundo o PPC,

Para tanto, foi constituída uma comissão de professores e alunos para debater e construir a proposta que ora se apresenta consoante com as diretrizes curriculares da ABEPSS e do MEC que envolve 3 (três) núcleos de formação profissional, a saber: Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. (PPC, 2010, p. 23).

A organização curricular apresenta uma estrutura de acordo com os três núcleos que fundamentam o curso, dando o suporte teórico, metodológico e prático, baseando-se na teoria social de Marx, essa dimensão é muito importante, pois através dela o acadêmico terá uma intervenção visando a dignidade humana.

### **4.3 Estágio e supervisão do curso de Serviço Social da UFT**

O estágio no Curso de Serviço Social segue a Proposta Nacional apresentada pela (ABESS/ Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS) , 1997) a qual consiste em uma atividade curricular obrigatória que é onde se insere o acadêmico dentro do ambiente de trabalho, exercendo a prática do serviço social, que é o espaço sócio institucional, com o objetivo de capacitar o acadêmico para o exercício do trabalho profissional.

Este estágio se deve ao acompanhamento e monitoramento de supervisão de um profissional habilitado que prestara o papel de tutor de campo, tendo como base “a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional (1993) ” (1996, p. 71).

O seu formato é de acordo com a Lei do Estágio 11.788/2008 – ANEXO 6, e Política Nacional de Estágio – PDE.

[...] O Estágio da UFT deve ser coordenado por um docente, com a responsabilidade de acompanhar o processo de estágio e supervisão do aluno. Essa supervisão deve ser feita através de professores com formação em Serviço especialmente designados para tal, com carga horária compatível ao número de no máximo 13 alunos por turma. O acompanhamento deverá ser feito através da Disciplina de Estágio e Supervisão Acadêmica I, II, III e IV em sala de aula, perfazendo uma carga horária de 30h semestrais e através de visitas aos campos de estágio, garantindo assim, a supervisão sistemática do aluno por ele e por um assistente social da organização conveniada como campo de estágio, devidamente, credenciada pelo Conselho Regional de Serviço Social, com o qual mantém articulação sistemática”. (Regulamento de Estágio do Curso de Serviço Social da UFT, 2010).

O estágio supervisionado do curso de serviço social se divide em quatro etapas, do 5º ao 8º período de 105 horas cada. Tendo com a carga horaria total de 420 horas, com documentos e regulamentos para a realização do estagio, termo de compromisso, relatório de estagio, plano de atividades, ficha de avaliação e a ficha de frequência. Os campos de estagio são aprovados pelo colegiado do curso.

A politica de estágio se da por meio da relação de supervisão direta da UFT com uma instituição social que colabora com a universidade e posteriormente com a sociedade, onde há uma troca de conhecimentos entre essas duas instituições, exercendo a pratica e a teoria no campo de estágio.

As condições de trabalho do docente são fundamentais para que este efetive um acompanhamento pedagógico condizente com as necessidades do aluno e exigências da proposta curricular e ainda uma avaliação horizontal entre as disciplinas e o estágio.(TOCANTINS, 2010,117).

Diante do exposto acima, esta politica de estágio “torna-se necessário uma interlocução mais direta entre o estágio e as demais disciplinas, pois se constitui em momento privilegiado da articulação teórico-prática, quando o aluno apresenta suas dificuldades de aprendizagem”. (TOCANTINS, 2010,117).

O Estágio do Curso de Serviço Social é regido pelo Plano de Estágio, conforme citado anteriormente, que deve ser elaborado além das Diretrizes postas pela ABEPSS e aprovadas pelo MEC lei 11.788/2008. A segui os passos metodológicos do estágio:

1. A inserção do estagiário na Instituição campo de estágio;
2. A inserção do aluno no Serviço Social da Instituição campo de estágio;
3. A inserção do aluno na realidade social abordada pelo Serviço Social da Instituição;
4. A dinâmica do processo de Ensino-Aprendizagem;
5. A avaliação do estágio.

(TOCANTINS, 2010, p. 117).

Embora no Projeto Politico do Curso não contenha as atribuições do

estagiário na forma explícita, as mesmas devem ser seguidas nas normativas nacionais vigentes no curso de Serviço Social.

Para mais as principais são: observar e zelar pelos cumprimentos das leis éticas profissionais, apresentar sugestões e proposta que visam a contribuir para a qualidade profissional, agir com competência ética no campo de estágio, participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo” (PNE, 2010, p. 23).

#### 4.3.1 Os limites e possibilidades do estágio e supervisão do curso de serviço social da UFT

Os limites e possibilidades da formação profissional recentemente tem sido um desafio no cenário atual, no sentido de se formar profissionais comprometidos, capacitados e éticos, que estejam prontos para adentrar o mercado de trabalho, o qual é um compromisso fundamental, fundamentado e trabalhado com a educação superior. A autora Iamamoto reflete que:

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 05).

A formação profissional em Serviço Social norteado pela Lei nº1.899/1953, bem como percorrendo um processo de transformação no decorrer dos últimos anos até a aprovação da Lei nº 8.662/1993, sendo que manter a “[...] formação profissional sob permanente e crítica atualização torna-se, cada vez mais, uma necessidade nos diferentes campos profissionais” (KOIKE, 2009, p. 02).

Neste viés, o Projeto de Formação Profissional do Serviço Social nacional, brasileiro visa contribuir para dar legitimação à profissão, garantindo assistentes sociais, cuja contribuição servirá de base para novas relações sociais, bem como estará pronto para trabalhar na docência em Serviço Social. Sendo assim, deverá basear-se no que está escrito nas Diretrizes Curriculares para elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social (PPC), neste caso específico o PPC do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins Campus de

Miracema.

Tendo este curso, uma notória preocupação com a formação do docente levando-se em consideração a importância de cada uma das disciplinas ministradas, ainda na graduação. “O Curso de Serviço Social da UFT consiste numa graduação em bacharelado de quatro anos e meio, com turmas no período matutino e noturno, sendo que atualmente conta com 10 turmas formadas” (SILVA, 2018). Lembrando que a estrutura curricular do curso consiste do seguinte formato:

[...] do 1º ao 4º semestre são ofertadas 05 disciplinas por semestre, do 5º ao 8º são ofertadas 06 (seis) disciplinas por semestre e no 9º semestre são ofertadas 05 (cinco) disciplinas por semestre, incluindo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Totalizando são 49 (quarenta e nove) disciplinas, sendo 30 (trinta) privativas do Serviço Social 06 (seis) optativas (Seminários Temáticos ou Tópicos Especiais em Políticas Sociais) e 13 (treze) disciplinas não privativas que somadas às 135 horas complementares totalizam 3.255 h/a a ser ministradas em quatro anos e meio de curso (UFT, 2010 *apud* LEITE, 2015, p. 86-87).

As referidas disciplinas instigam à formação de profissionais docentes pautados no projeto profissional, e ainda nas conquistas do Projeto de Formação Profissional, e também a direito adquirido Currículo Mínimo, direcionado pelas Diretrizes Curriculares (1996).

É importante frisar que nas Diretrizes Curriculares do curso vale destacar que na formação profissional em Serviço Social, os três núcleos fundamentais, 1) teórico-metodológico da vida social; 2) formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3) fundamentos do trabalho profissional “(UFT, 2010).

Nessa mesma linha de pensamento o PPC do Curso de serviço Social buscou basear-se na construção do significado social da profissão levando em consideração as diversas concepções, projetos e práticas que havia dentro da profissão. A autora Koike diz que “[...] uma concepção teórico-prática que seja, ao mesmo tempo, norte político-ideológico e referencial crítico de análise, de ação e de criação do novo”, que se refere aos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993 (KOIKE, 1999, p. 110). Nessa viés lamamoto, os Assistentes Social ocupam:

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e,

especificamente, os trabalhadores). Elas condicionam o caráter do trabalho realizado (voltado ou não à lucratividade do capital), suas possibilidades e limites, assim como o significado social e efeitos na sociedade. Ora, as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza. (IAMAMOTO, 2009, p. 06).

Para além, “o curso objetiva priorizar a formar profissionais responsáveis pela formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas e sociais” (UFT, 2010). “Mas, também a trabalhar nos programas e projetos sociais nas áreas da assistência social, saúde, educação, justiça, trabalho, previdência social, tanto nos espaços públicos quanto privados” (UFT, 2010). Todavia Iamamoto, 2009 traz algumas formas de trabalho que o Assistente Social podem atuar como:

[...] espaços ocupacionais esses profissionais realizam assessorias, consultorias e supervisão técnica; contribuem na formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais; atuam na instrução de processos sociais, sentenças e decisões, especialmente no campo sócio jurídico; realizam estudos socioeconômicos e orientação social a indivíduos, grupos e famílias, predominantemente das classes subalternas; impulsionam a mobilização social desses segmentos e realizam práticas educativas; formulam e desenvolvem projetos de pesquisa e de atuação técnica, além de exercem funções de magistério, direção e supervisão acadêmica (IAMAMOTO, 2009 p.07).

Todavia, o estágio na Universidade Federal do Tocantins se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica. Cuja capacidade interventiva, propositiva e investigativa do estudante. Na qual o estagiário necessita apreender os elementos concretos da realidade social capitalista e suas contradições.

Nesta perspectiva, “a diretriz que vem norteando o projeto de formação profissional é a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, acompanhada da denúncia dos efeitos deletérios da privatização do ensino superior.” (IAMAMOTO, 2007, p. 444).

Portanto, o processo de formação profissional e o estágio supervisionado curricular, devem garantir a apreensão do significado sócio-histórico do Serviço Social bem como as condições de trabalho dos assistentes sociais. E conhecimentos teóricos e saberes prático. Para mais o PPC do curso de Serviço Social traz o estágio em sua estrutura curricular tais como:

[...] as disciplinas que são trabalhadas em campos de estágio como: Estágio e Supervisão Acadêmica I, Estágio e Supervisão Acadêmica II,

Estágio e Supervisão Acadêmica III, Estágio e Supervisão Acadêmica IV, Serviço Social e Processo de Trabalho, Fundamentos do Controle Social e também as disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I, II e III ( TOCANTINS, 2010, p. 12).

O curso de Serviço Social da UFT, materializa o estágio curricular em sua grade curricular e descreve o estágio supervisionado deve ocorrer em consonância como os princípios ético-políticos, e para isso a universidade reitera os princípios e as diretrizes indicadas pelo MEC/ABEPSS, que estão elencados no PPC do Curso de Serviço Social.

Segundo “as Diretrizes Curriculares da ABEPSS ( 1996), traz que a carga horária mínima de estágio é equivalente a 15% da carga horária mínima do curso que é de 2700 horas. Obrigando que o estágio tenha no mínimo 405 horas.

Desse modo a proposta apresentada no PPC do curso de Serviço Social da UFT é de 420h. “Nesse sentido, a atual proposta contempla o estágio realizado em 4 semestres com uma carga horária total de 420 horas em aprendizagens realizada pelos acadêmicos (TOCANTINS, 2010, p. 25). O PPC ainda terce que o estágio aconteça da seguinte maneira:

As disciplinas de Estágio e Supervisão Acadêmica I, II, III e IV são compostas de 30h/a teóricas e 105h práticas distribuídas em cada semestre, totalizando 120h teóricas e 420h práticas, sendo estas desenvolvidas pelos discentes nos espaços sócio-ocupacionais. Supervisionado inserido nestas disciplinas I, II, III e IV diz respeito às horas de estágio realizadas pelo aluno na instituição, mediante orientação do profissional assistente social de campo e devidamente (TOCANTINS, 2010, p.36).

Portanto, o estágio curricular do curso de Serviço Social dispõe as disciplinas em: Estágio e Supervisão Acadêmica I, II, III e IV sendo estes são compostas de 30h/a teóricas e 105h práticas.

Para Além, o PPC ainda fala sobre “a dimensão investigativa deverá ser trabalhada de forma transversal no processo de formação acadêmica”. No primeiro semestre e da continuidade ao longo dos semestres subsequentes e bem como é contemplada em todas as disciplinas que constituem a grade curricular do curso de Serviço Social ( TOCANTINS 2010, p. 101). Bem como faz presente como espaço privilegiado nas seguintes disciplinas:

a) Metodologia do Trabalho Científico; b) Pesquisa em Serviço Social I; c) Pesquisa em Serviço Social II; d) Pesquisa em Serviço Social III; e) Estágio e Supervisão Acadêmica I; f) Estágio e Supervisão Acadêmica II; g) Estágio e Supervisão Acadêmica III; h) Estágio e Supervisão Acadêmica IV; i)

Trabalho de Conclusão de Curso –TCC I; j) Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II ( TOCANTINS, 2010, p. 101).

Por tanto o Estágio Supervisionado, “as atividades de pesquisa deverão, estar ligada com o campo e temática ao qual o acadêmico encontra-se realizando o seu Estágio’, bem como à instituição de conhecimento da realidade do campo de estágio. E umas “unidades referentes ao Estágio com as disciplinas específicas de Pesquisa, a fim de qualificar o processo ensino-aprendizagem e conseqüentemente a formação e o exercício profissional” (TOCANTINS 2010, p.124).

Após expormos os elementos do capítulo 3 na seção 3.4 acima, podemos deduzir que o PPC, o curso de Serviço Social da UFT busca aprimorar a formação profissional de seus alunos refletindo as diretrizes curriculares atuais. Iremos relatar um pouco do estágio supervisionado no curso de Serviço Social de Miracema.

Esses estágios possuem diversas dimensões, algumas enfatizadas pela dificuldade enfrentada no dia- dia dos estudantes. O quais são passada no aspectos coletivos, tais como: a maioria dos estudantes residem em outra cidade, a longa distância a ser percorrida na cidade de Miracema, da universidade onde fazem o curso, até o ambiente do estágio, o pequeno número de locais de estágio o qual faz com que os acadêmicos tenham que procurar outra cidade circunvizinha para achar um ambiente para estagiar. Sobre esse assunto as autoras CARIAGA E SILVA descrevem que:

[...], cerca de 80% dos alunos viajam para fazer o estágio na capital. Para chegar a Palmas, enfrentam a distância de oitenta quilômetros entre um município e outro. Além disso, fazem a travessia pelo rio Tocantins, a qual, até pouco tempo atrás, era feita de balsa - hoje existe a ponte -, o que resultava em aproximadamente duas horas de percurso (CARIAGA E SILVA, 2016, p.94).

Faz necessário levar em consideração esse percurso longo e cansativo bem como os gastos financeiros e físico, a cidade não tem meio transporte eficaz. Fazendo com que por muitas vezes os aprendizes cheguem ao ambiente de estágio desanimados e de certo modo cansados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, acreditamos que conseguimos alcançar os objetivos mencionados na introdução. Todavia, abordamos a evolução histórica do Serviço Social no Brasil, neste foi possível entender sobre a importância do Assistente Social para a sociedade bem como sua preparação para o exercício da profissão, tendo como foco a utilização do estágio supervisionado e os entraves atuais profissionais do Serviço Social.

Dessa forma o processo de formação profissional do assistente social: bem como reflexões sobre o estágio e supervisão, assim como uma análise nos documentos que norteiam a base da formação do Assistente Social. Através da análise realizada no decorrer do trabalho, percebemos que a profissão nos dias atuais, está sofrendo contradições na ordem do capital, porém este processo contraditório pode ser utilizado como uma reflexão/experiência para a formação dos estudantes, a fim de que estes tenham a oportunidade de conhecer a realidade da população usuária em diversos espaços sócio ocupacionais.

Apesar de que os Assistentes Sociais enfrentam várias dificuldades no seu cotidiano, decorrentes de muitos cortes nas políticas públicas e sociais, é necessário ter um pensamento crítico para lidar com toda essa situação em que o governo proporciona para sociedade brasileira em consonância com o PEPSS.

Em conclusão deixou claro que para se compreender o projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFT, é importante dá ênfase ao Estágio e Supervisão do Curso de Serviço Social da UFT, descrevendo os Limites e Possibilidades do Estágio e Supervisão do Curso de Serviço Social.

Finalmente, esperamos que esta monografia possa provocar boas reflexões aos acadêmicos e, aos demais interessados pelo Serviço Social. Consideramos válida a experiência desta pesquisa, iniciada no estágio obrigatório.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. 1996.** Disponível em: < [http://www.cressrs.org.br/docs/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares.pdf](http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 19.

ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social.** 2009.

ABEPSS. POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS.2010. Disponível em: < [http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_maio2010\\_corrigida.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 19.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **80 anos de Serviço Social no Brasil:** organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. Acesso 06/10/2021.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIANCHI, Ana Cecília de Moraes; ALVARENGA, Maria; BIANCHI, Roberto. **Manual de Orientação:** estágio supervisionado. 2ª. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Brasília/DF: Senado, 1988. Disponível em: Acesso em: 21 fev. 19.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Brasília, 26 de set. 2008. Acesso:21 fev.2020.

BRASIL. **Política Nacional de Estágio (ABEPSS).** 2010. Disponível em :[http://www.abepss.org.br/files/politica\\_nacional\\_estagio.pdf](http://www.abepss.org.br/files/politica_nacional_estagio.pdf) acesso em 20/10/2021.

BRASIL. **Lei Nº 11.788,** de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS **Gestão Melhor ir à Luta com Raça e Classe em defesa do Serviço Social (2020-2023)** . Disponível em<[https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210607\\_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106071721476115220.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210607_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106071721476115220.pdf)>acesso em 20/10/2021.

BRASIL. MEC/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Lei nº 9.394,** de 20 de Dezembro de 1996 LDB. Disponível em:[http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/legislacao\\_graduacao\\_lei.pdf](http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/legislacao_graduacao_lei.pdf). acesso em 20/10/2021.

BRAZ, M.M.R. Notas sobre o Projeto ético-político o Serviço Social. In.

<http://www.funorte.com.br/files/servico-social/29.pdf>, pesquisado em 28 de Maio de 2019.

BURIOLO, Marta Alice F. **O Estágio Supervisionado: o supervisor, sua relação e seus papéis**- São Paulo: Cortez, 1994.

BURIOLO, Marta Alice F. **Estágio Supervisionado**. Coordenação editorial Danilo A. Q. Morales- São Paulo: Cortez, 1995.

CARIAGA, Maria Helena e SILVA, Maria José Antunes da. Caminhos da formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins. Artigos • **Serv. Soc. Soc.** (125) • Jan- <https://doi.org/10.1590/0101-6628.057> Apr 2016 •

CARNEIRO, Bárbara fraga. **O estágio supervisionado do curso de serviço social da UFSC: matrizes curriculares de 1970 a 1999**. Monografia (Graduação em Serviço Social)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Lei Nº. 8.662 de 7 de junho de 1993. Regulamenta a Profissão de Assistente Social.**

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução Nº. 493 de 21 de agosto de 2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução Nº. 533 de 29 de setembro de 2008**. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. 10. ed. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. **Meia formação não garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: . Acesso em: 21 fev. 19.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: Acesso em: 21 fev. 19.

CFESS. Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. **Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social**. Brasília, 2008. Disponível em:Acesso em: 21 fev. 19.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (CFAS). Código de ética profissional, 1965. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1965.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf). Acesso em: 15 de Junho de 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FORTI, ValeriaLucilia. Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema,

muitos desafios. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 373-381, set./dez. 2017 ISSN 1982-0259. Disponível em: Acesso em: 21 fev. 21.

GASPAROTTO, Geovana Prante; GROSSI, Patrícia Krieger; VIEIRA, Monique Soares. **O ideário neoliberal**: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. XI Seminário Internacional de Demandas sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. VII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos. 2014. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: Acesso em: 21 fev. 19.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GUERRA, Y.A.D.; BRAGA, M.E. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF:2009.

GUERRA, Yolanda. Ensino da Prática no Serviço Social: elementos para reflexão. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 2, ABEPSS, 2000.

GUERRA, Yolanda. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. In: **A Supervisão de Estágio em Serviço Social**: aprendizados, processos e desafios. – Riode Janeiro: Lumen Juris, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**, Brasília, ANO II, n. 3, p.9-32, jan./jun. 2001. Disponível em: . Acesso em: 21 fev. 19.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2015.

KULCSAR, Rosa. O estágio supervisionado como atividade integradora. In: FAZENDA, Ivani Catarina A. [et al.]; PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 2ª. Edição. Campinas, SP: Papirus, 1994.

LEITE, R. S. **Uma análise qualitativa da formação profissional em Serviço Social**: a perspectiva dos/as egressos/as atuantes referente a realidade do Curso de Serviço Social da UFT no Câmpus de Miracema. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Tocantins, Curso de Serviço Social, Campus de Miracema do Tocantins, Miracema, TO, 2015.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Soraiha Miranda de; REALI, Aline Maria de Medeiros. **O papel da formação básica na aprendizagem profissional da docência** (Aprende-se a ensinar no curso de formação básica?).

LUSA, MailizGaribotti. **Formação profissional em Serviço Social: a permanência na atualidade do desafio de articular a formação à realidade – o exemplo do espaço rural.** I Congresso Internacional de Política Social, 2015. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: . Acesso em: 19 fev. 2019.

MESTRINER, Maria Luiza. **O estado entre a filantropia e a assistência social.** São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social – teoria, método criatividade.** 13. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução.** São Paulo: Cortez, 2007.

MORAES, Carine.. Relatório final de estágio III: **Reflexões acerca do processo de formação profissional através do estágio curricular em serviço social obrigatório no CRAS Sul.** 2017. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MORAES, Reginaldo. Neoliberalismo- o que é e de onde vem. In: MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?.** São Paulo: Sewac, 2001.p. 29-67.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida H. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, nº. 80, 2004.

ORTIZ, Fátima Grave. **Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social.** In: FORTI, Valeria.

PAULO NETTO, José **A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social. Módulo de Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>. Acessado em 06/10/2010.

PAULO NETTO, J.P. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Serviço Social e Saúde, Brasília, CFESS/ABEPSS/ CEAD/ UnB, 2001.

PIANA, M.C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p.

ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books .

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Política social do segundo pós-guerra: ascensão e declínio. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 9, n. 2, p.1-21, dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634888/2787>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpidio (Org.). **A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 101-124.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; Serviço (org.); LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpidio (Org.) **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro. Editora Lumen Júris, 2010, pg.121-131.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; Serviço LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpidio (Org.). **A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e desafios**. Coletânea Nova de Serviço Social. 2016. Lumen Juris Editora. Rio de Janeiro.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Trajetória da política social: das velhas leis dos pobres ao welfare State. In: **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PINTO, Fernanda de Araújo. **Nos trilhos da terceirização: os dilemas e desafios da nova condição profissional dos assistentes sociais**. 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Acesso em: 11 abr. 2018.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420 - 437, jan. 2011.

RIBEIRO, Eleusa Bilemjiam. O Estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais. In: FORTI, Valeria. GUERRA, Yolanda (orgs). **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro. Editora Lumen Júris, 2010, pg.79-101.

SANT'ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Revista Serviço social e Sociedade**. Processo de Trabalho e Assistência Social. São Paulo: Cortez, nº.62, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 12.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. Ver. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERIANO, Evania Maria, Oliveira, Edna Maria Leite e Dias, Daniele da Silva de Lima **Formação profissional do assistente social: relações entre as políticas de ensino e pesquisa como impasses da educação superior.**

TOCANTINS.2006 . Portal da Universidade Federal do Tocantins Curso de Graduação Em Serviço Social. Disponível em <  
<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ensino/149-ensino/cursos-de-graduacao/10726-servico-social-miracema>. Resolução CONSEPE 03/2006 de 25/05/2006.> Acesso :07/07/2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social.** Câmpus de Miracema. Miracema do Tocantins/TO, 2010.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Modelos de supervisão em serviço social.** Rio de Janeiro: Agir, 1981.